



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus, Recife.

Departamento Acadêmico de Cursos Superiores - DACS

Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.

LÍVIA VINÍCIA MARIA DE SANTANA

RIZONEIDE PEREIRA DA SILVA

VIVIANE CÂNDIDO GOMES TEIXEIRA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA
VISÃO NO CASARÃO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE).**

Recife

2025

LÍVIA VINÍCIA MARIA DE SANTANA
RIZONEIDE PEREIRA DA SILVA
VIVIANE CÂNDIDO GOMES TEIXEIRA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA
VISÃO NO CASARÃO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE).**

Trabalho de conclusão do curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco. – IFPE, Campus Recife, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Luciana Pereira da Silva.

Recife

2025

S232a

2026 Santana, Livia Vinícia Maria de.

Acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão no casarão do Museu do Estado de Pernambuco / Livia Vinícia Maria de Santana ; Rizeide Pereira da Silva ; Viviane Cândido Gomes Teixeira. -- Recife: O autor, 2026.
92f. il. Color.

TCC (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Pernambuco, 2025.

Inclui Referências e apêndices.

Orientadora: Professora Dra. Luciana Pereira da Silva

1. Turismo. 2. Turismo acessível. 3. Acessibilidade. 4. Acessibilidade comunicacional. I. Título. II. SILVA, Luciana Pereira da (orientadora). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 338.4791 (23.ed.)

LÍVIA VINÍCIA MARIA DE SANTANA
RIZONEIDE PEREIRA DA SILVA
VIVIANE CÂNDIDO GOMES TEIXEIRA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA
VISÃO NO CASARÃO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE).**

Trabalho de conclusão do curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco. – IFPE, Campus Recife, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Trabalho aprovado. Recife, 10 de Dezembro de 2025..

Prof^a Dr^a. Luciana Pereira da Silva
(Orientadora)

Prof^a Mestra Vitória Eduarda Pedrosa Avelino
(Examinadora Externa)

Prof^a Dr^a Bruna Galindo Moury Fernandes
(Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, sabedoria e coragem concedidas em cada etapa da jornada;

Aos nossos familiares, por todo amor, incentivo e compreensão nos momentos de ausência e cansaço;

Também expressamos nossa gratidão à orientadora, prof.^a Dr.^a Luciana Pereira, pela orientação atenciosa, pelos ensinamentos e pela confiança depositada em nós;

Agradecemos ainda aos nossos professores, que contribuíram de forma significativa para nossa formação em Gestão de Turismo, compartilhando conhecimentos, experiências e inspirações que enriqueceram nosso percurso acadêmico.

“Cada pessoa é única e tem o seu valor, independente de qualquer outra característica. Só o fato de ser um Ser Humano, ele já carrega um valor pessoal!”

(Romeu Sasaki).

RESUMO

A acessibilidade em espaços históricos, como museus, representa um grande desafio devido às restrições estruturais impostas pela preservação patrimonial, por esse motivo, o Casarão do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) apresenta limitações quanto à acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão. Embora existam legislações em todos os entes federativos que visam garantir o acesso igualitário, a efetivação desse direito ainda é limitada para esse grupo de pessoas. Este estudo tem como objetivo propor ações de acessibilidade comunicacional a pessoas cegas e com baixa visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, análise documental, visita *in loco*, consulta de uma pessoa cega com experiência no turismo e aplicação de entrevista e questionário ao público-alvo. A partir dos resultados, observou-se que as tecnologias assistivas podem ser instrumentos eficazes para a democratização do acesso à cultura. Neste contexto, o projeto propõe a implementação do uso dessas tecnologias para fomentar autonomia, atratividade e inclusão no percurso expositivo. Conclui-se que a adoção desses recursos contribui para tornar o Casarão do MEPE um espaço mais acessível e comprometido com a valorização da diversidade sensorial e cultural, reforçando o papel como difusor do patrimônio histórico de Pernambuco.

Palavras-chave: turismo acessível; inclusão; deficiência visual; museu; acessibilidade comunicacional.

ABSTRACT

Accessibility in historical spaces, such as museums, represents a major challenge due to the structural restrictions imposed by heritage preservation. For this reason, the historic mansion of the Pernambuco State Museum (MEPE) presents limitations regarding communication accessibility for blind and visually impaired people. Although legislation exists at all levels of government aimed at guaranteeing equal access, the realization of this right remains limited for this group of people. This study aims to propose actions to improve communication accessibility for blind and visually impaired people at the historic mansion of the Pernambuco State Museum. To this end, research was conducted through a literature review, document analysis, on-site visits, consultation with a blind person experienced in tourism, and the application of interviews and questionnaires to the target audience. Based on the results, it was observed that assistive technologies serve as effective instruments for democratizing access to culture. In this context, the project proposes the implementation of these technologies to foster autonomy, engagement, and inclusion throughout the exhibition pathway. It concludes that the adoption of these resources contributes to making the historic mansion of the MEPE a more accessible space, committed to valuing sensory and cultural diversity, reinforcing its role as a disseminator of Pernambuco's historical heritage.

Keywords: accessible tourism; inclusion; visual impairment; museum; communication accessibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área externa do Museu do Estado de Pernambuco	36
Figura 2 - Caminho que leva ao elevador, térreo	36
Figura 3 - Saída do elevador para o 1º andar	37
Figura 4 - Pessoa cega guiada por estagiário do museu	38
Figura 5 - Sala Dr. Roque de Brito Alves	39
Figura 6 - Placa explicativa na sala Dr. Roque de Brito Alves	39
Figura 7 - Marco Zero	53
Figura 8 - Fachada do Palacete Estácio Coimbra (Casarão) do Museu do Estado de Pernambuco	54
Figura 9 - Sala de jantar do Palacete Estácio Coimbra (Casarão)	55
Figura 10 - Logotipo do Projeto	57
Figura 11 - Cartaz com QR Code de Audiodescrição	59
Figura 12 - Guia de audiodescrição de museu	60
Figura 13 - Audioguia via QR Code nos ambientes expositivos	61
Figura 14 - Materiais informativos em Braille	62
Figura 15 - Post do site do Museu com Link Comunicacional Acessível	63
Figura 16 - Post para divulgação no Instagram do Museu	67
Figura 17 - Post para divulgação no canal do YouTube do Museu	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Autorização na participação da pesquisa	47
Gráfico 2 - Nível de deficiência visual	48
Gráfico 3 - Frequência de visitas a museus	48
Gráfico 4 - Tipo de tecnologia assistiva mais utilizada	49
Gráfico 5 - Inclusão em ambientes de espaços culturais, de educação e lazer	49
Gráfico 6 - A importância de visitas guiadas em museus	50
Gráfico 7 - Oferta de experiências sensoriais em museus	50
Gráfico 8 - A Importância dos materiais em braille e audiodescrição nos museus	51
Gráfico 9 - Autonomia para explorar um museu	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Linha do tempo das leis brasileiras direcionadas à pessoa com deficiência visual	28
Quadro 2 - Formulário de Diagnóstico de Acessibilidade Comunicacional em Museus, Condições de Acessibilidade para a pessoa cega	34
Quadro 3 - Apresenta o perfil e a experiência de AC das pessoas cegas	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos Materiais Necessários	70
Tabela 2 – Recursos humanos necessários	71
Tabela 3 – Cronograma físico do projeto	73

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

AC - Acessibilidade Comunicacional

APEC - Associação Pernambucana de Cegos.

AVA - Atividades de Vida Autônoma.

CAEE/CAP- Centro de Atendimento Educacional Especializado do Recife / Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiências no Estado de Pernambuco.

CAT- Centro de Atendimento ao Turista.

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.

IFPE – Instituto Federal de Pernambuco.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MEPE – Museu do Estado de Pernambuco.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OTREC – Observatório de Turismo do Recife.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

PRODETUR-NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

RBOT – Rede Brasileira de Observatórios de Turismo.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UFPE– Universidade Federal de Pernambuco.

VAB– Valor Adicionado Bruto.

WCAG - Web Content Accessibility Guidelines

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 Objetivo Geral.....	17
2.2 Objetivos Específicos.....	17
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
3.1 Turismo: Conceitos, Perspectivas e o Turismo acessível.....	18
3.2 Políticas Públicas no Turismo.....	22
3.3 A Relevância dos Museus na Sociedade Contemporânea.....	23
3.4 Breve discussão da história dos museus.....	25
3.5 Legislação de Amparo à Pessoa com Deficiência.....	26
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
5.1 Relatório da visita ao Casarão do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).....	34
5.2 Avaliação da visita ao espaço museal na perspectiva de uma pessoa cega...	36
6 ENTREVISTA COM PÚBLICO-ALVO EM INSTITUIÇÕES PARA PESSOAS CEGAS.....	43
6.1 Análise das entrevistas.....	45
7 QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO.....	49
8 DETALHAMENTO DO PROJETO.....	55
8.1 Localização e Abrangência.....	55
8.1.1 Caracterização Histórica do Município do Recife.....	55
8.1.2 Caracterização Turística do Museu do Estado de Pernambuco.....	56
8.2 Proposta de Implementação.....	59
8.2.1 Logotipo.....	59
8.3 Objetivos e Estratégias de Execução.....	60
8.3.1 Objetivos.....	60
Quanto aos objetivos específicos, são esses:.....	60
8.3.2 Estratégias de Execução.....	60
8.3.3 Cartaz com acessibilidade comunicacional.....	61
8.3.4 Recursos acessíveis propostos para implementação.....	62
8.3.5 Site do Museu com página inicial acessível.....	65
8.4 Plano Operacional.....	66
8.4.1 Etapa de planejamento.....	66
8.4.2 Etapa de desenvolvimento.....	66
8.4.3 Etapa de execução e lançamento.....	66
8.4.4 Etapa de avaliação.....	66
8.5 Medidas de implementação.....	67
8.5.1 Medidas legais.....	67

8.6 Plano de comunicação	68
8.6.1 Público-alvo.....	68
8.6.2 Objetivos de marketing.....	68
8.6.3 Estratégias e ações.....	68
8.7 Canais de divulgação	69
8.7.1 Redes sociais.....	69
8.7.2 Roteiro de Divulgação de Implementação dos Recursos Acessíveis no Casarão do Museu.....	70
8.8 Recursos	71
8.8.1 Recursos materiais necessários.....	71
8.8.2 Recursos humanos necessários.....	71
8.9 Orçamento	72
8.10 Possíveis Parcerias	74
8.11 Possíveis apoiadores	74
8.12 Possíveis Patrocinadores	74
8.13 Cronograma físico	75
8.14 Resultados esperados	76
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE	85
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA: ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS CEGAS EM MUSEUS	85
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA O PÚBLICO, PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO	86
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO SETOR EDUCATIVO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE)	87
APÊNDICE D - MODELO DE CONVITE PARA EXPERIÊNCIA COMUNICACIONAL ACESSÍVEL NO CASARÃO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE)	88
APÊNDICE E - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	89

1 INTRODUÇÃO

Turismo acessível é um conceito que se desenvolveu ao longo das últimas décadas, com o propósito de assegurar que todas as pessoas, independentemente das suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou mentais, possam usufruir de experiências turísticas de forma plena e igualitária, (BRASIL, 2023). Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo propor medidas que tornem o Casarão do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), mais acessível para pessoas cegas e com baixa visão, com ênfase no uso da audiodescrição e do Braille como ferramentas fundamentais para a inclusão cultural.

O MEPE, enquanto instituição pública de relevância histórica e cultural, precisa atender aos princípios da acessibilidade e inclusão, promovendo um ambiente que valorize a diversidade e assegure o direito e a participação de todos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2009), os museus desempenham um papel central na preservação da memória, na educação e no desenvolvimento social e econômico. Contudo, quando esses espaços não são acessíveis, acabam por excluir uma parcela significativa da população. Outro dado importante obtido pelo Censo de 2022 é que a população pernambucana é de 9.058.931, e nesse número 8,9% das pessoas têm alguma deficiência ou autismo, dentre essa porcentagem 5,1% relataram não poder enxergar ou ter muita dificuldade.

A inclusão, conforme defendido por Romeu Sasaki (2009), requer reformulação dos sistemas sociais, abrangendo não somente as estruturas físicas, mas também os aspectos comunicacionais e sensoriais. Para o autor, a acessibilidade deve ser compreendida como um direito humano básico e uma condição indispensável à efetivação da cidadania. Além disso, Tecnologias Assistivas¹ e os recursos de informação, quando integrados de forma transversal e planejada, tornam-se instrumentos fundamentais para a ampliação do acesso e para a promoção da autonomia das pessoas com deficiência. Tais recursos, ao serem incorporados às políticas e práticas institucionais, alinham-se aos princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que defende a garantia de igualdade de oportunidades, participação

¹ Tecnologias Assistivas (TA) é um conjunto de recursos, produtos, metodologias e serviços que visam promover a funcionalidade, autonomia e inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, melhorando sua qualidade de vida e participação social.

plena e efetiva em todas as esferas da vida social. Essas tecnologias não devem ser compreendidas como recursos isolados, mas como suportes especiais à promoção da inclusão e à garantia do exercício pleno da cidadania.

Ainda que o Estatuto (Lei nº 13.146/2015) assegure o direito de acesso à cultura e estabeleça penalidades para seu descumprimento, a realidade do MEPE demonstra que ainda existem lacunas a serem enfrentadas no que diz respeito à acessibilidade comunicacional. Diante desse cenário, emerge a seguinte problemática da pesquisa: como os recursos de acessibilidade comunicacional podem contribuir para a inclusão plena da pessoa cega e com baixa visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco?

Este projeto propõe, portanto, estudar essa problemática por meio do diálogo com o público alvo, identificando barreiras e propondo soluções concretas e eficazes para garantir o acesso integral ao acervo museológico. Tornar o Casarão do Museu do Estado de Pernambuco acessível significa promover experiências sensoriais, proporcionando uma vivência museológica rica e inclusiva. Para isso, é fundamental incorporar recursos de acessibilidade comunicacional que não apenas beneficiam as pessoas com deficiência visual, mas enriquecem a visita para todos os públicos, tornando o Casarão do Museu mais democrático e acolhedor.

Nesse sentido, esse trabalho reconhece o papel estratégico da academia na identificação de problemas e no desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis. A articulação entre universidade, poder público e sociedade civil é fundamental para transformar os museus em espaços vivos de educação, cidadania e inclusão.

Sob essa perspectiva, a escolha do tema se justifica tanto pela vivência enquanto cidadãos, comprometidos com os valores da justiça social e do respeito à igualdade de direitos, quanto pela formação como profissionais de turismo, que compreendem o papel transformador do setor na vida das pessoas. Parte-se do entendimento de que o turismo deve ser para todos, sendo essencial contribuir para a construção de práticas acessíveis e inclusivas, capazes de ampliar a participação social e garantir o direito ao pertencimento cultural e a experiência turística plena.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Propor ações de Acessibilidade Comunicacional para Pessoas Cegas e com Baixa Visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).

2.2 Objetivos Específicos

Analisar a acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco.

Identificar as possíveis estratégias comunicacionais existentes para o acesso desse grupo de pessoas ao Casarão.

Apresentar estratégias de acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão para o Casarão do Museu.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Turismo: Conceitos, Perspectivas e o Turismo acessível.

O turismo, enquanto fenômeno social e cultural, não é recente. Sua origem remonta à Antiguidade, período em que o deslocamento de pessoas estava associado a necessidades de sobrevivência, comércio e expansão territorial.

Ignarra (2013, p. 2), afirma que:

fenômeno turístico está relacionado com as viagens, com visita a um local diverso da residência das pessoas. Assim, em termos históricos, o turismo teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. (2013, p. 2)

Com o passar do tempo, as motivações para viajar se diversificaram. Na Idade Média, por exemplo, surgiram deslocamentos com finalidades educacionais e culturais. Ignarra (2013, p.3), destaca que famílias nobres enviavam seus filhos para grandes centros europeus com o objetivo de ampliar seus conhecimentos, prática que pode ser considerada um antecedente do atual intercâmbio cultural, no qual as viagens são impulsionadas pela busca de aprendizado e pela troca de experiências.

“Com o fim da Idade Média e o advento do capitalismo comercial, as viagens foram se propagando” (Ignarra, 2013, p.3). Neste contexto, o autor evidencia que o turismo deixou de ser um deslocamento motivado apenas por necessidades básicas e consolidou-se como um fenômeno social e econômico mais complexo, relacionado não apenas ao comércio, mas também ao desenvolvimento cultural, às interações sociais e ao fortalecimento das relações entre diferentes sociedades.

Para Gastal e Moesch (2007, p.11), o turismo deve ser compreendido como uma prática inserida em um contexto histórico e social específico. Ele não constitui apenas uma atividade isolada, mas está profundamente vinculado às dinâmicas sociais, culturais e econômicas de cada época e lugar. As autoras ressaltam, ainda, que o deslocamento turístico não se limita ao aspecto geográfico: “É um deslocamento coberto de subjetividade, que possibilita afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer”.

Essas transformações históricas, conforme Ignarra (2013) contribuíram para a consolidação do turismo como atividade econômica e prática sociocultural, que não se restringe ao simples ato de viajar, mas configura-se como uma experiência capaz

de refletir as mudanças históricas, sociais e culturais de cada período. Conforme destacam Gastal e Moesch (2007), o turismo envolve dimensões que ultrapassam o deslocamento físico, incorporando aspectos simbólicos que permitem ao indivíduo afastar-se de sua rotina, vivenciar novas experiências e adotar diferentes formas de comportamento, o que evidencia seu caráter plural e subjetivo.

Nesse contexto, o conceito de turista cidadão desenvolvido por Susana Gastal (2006) propõe uma reflexão crítica sobre o papel do turista na sociedade contemporânea e sua relação com os destinos visitados. Diferente da visão tradicional que o enxerga apenas como consumidor de experiências e paisagens, Gastal apresenta um novo olhar: o do turista como sujeito ativo, consciente do seu impacto social, cultural e ambiental. Entretanto, apesar do crescimento do setor, o acesso pleno e igualitário ainda não é uma realidade para todos, sobretudo para pessoas com deficiência, cujo direito ao lazer e à mobilidade é frequentemente comprometido pela falta de estruturas físicas acessíveis, de recursos comunicacionais inclusivos e de serviços capacitados para atender demandas específicas. Nesse sentido, a autora defende como o turismo pode – e deve – configurar-se como uma prática cidadã, fundamentada no respeito ao patrimônio, às comunidades locais e às dinâmicas culturais dos lugares visitados.

Gastal (2006) também propõe compreender a cidade como espaço discursivo, dotado de múltiplos significados, no qual diferentes formas de comunicação se manifestam simultaneamente. A cidade, assim, ultrapassa sua materialidade física e se constitui como território simbólico, estruturado por signos visuais, sonoros, olfativos e afetivos continuamente reinterpretados pelo sujeito que a percorre. Nesse cenário, o turista figura como um intérprete ativo, capaz de decodificar sentidos latentes na paisagem urbana e ressignificá-los à medida que interagem com estruturas arquitetônicas, dinâmicas culturais e práticas cotidianas.

A autora aprofunda essa discussão ao relacionar deslocamento turístico, alteridade e políticas de comunicação. Em suas palavras:

Se aplicado ao turismo, considere-se que o seu objeto é o deslocamento e as pessoas em deslocamento. O deslocamento leva ao encontro com o outro, diferente de mim, no qual posso buscar o igual (e desqualificar o outro quando não encontro no outro o que é igual a mim) ou buscar, justo, o diverso. As políticas de comunicação, pública e privada, trabalhavam com a busca do igual (via estereótipos), no âmbito do turismo de massa. As práticas turísticas contemporâneas, segmentadas e com um novo perfil de viajante, tenderiam a priorizar a diferença, mesmo nas suas políticas de comunicação. Mas, avançando nas políticas de comunicação para

além da intermediação da experiência turística, via fornecimento de conteúdos informativos, mediação, chega-se às suas possibilidades, Primeiro, como importante contribuição na construção da cidadania; segundo avanço na cidadania, na figura do turista cidadão. (Gastal, 2006, p. 5-6).

Historicamente, as políticas de comunicação no turismo buscavam oferecer ao visitante “o igual”, ou seja, narrativas filtradas que reforçam expectativas pré-concebidas. Contudo, o surgimento de perfis de viajantes mais segmentados trouxe mais valorização ao encontro com o diverso, favorecendo práticas comunicativas que reconhecem e legitimam a multiplicidade de vozes locais. Ao conceber o turismo como mediação cultural, Gastal (2006) o aponta como um importante vetor de fortalecimento da cidadania. Nessa perspectiva, o turista deixa de ser apenas um consumidor de paisagens para transformar-se em turista cidadão, comprometido com a ética do encontro, com a capacidade de colocar-se no lugar do outro e com a corresponsabilidade pelo destino visitado.

Essa visão dialoga diretamente com o conceito de acessibilidade, que abrange múltiplas dimensões e tem evoluído ao longo do tempo. Em seu surgimento, entre as décadas de 1960 à 1980, no contexto do Movimento Internacional de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência, era associado principalmente à remoção de barreiras físicas e arquitetônicas nos ambientes construídos. Com o passar dos anos essa noção foi ampliada, passando a incluir a possibilidade de acesso, compreensão e utilização de produtos e serviços em geral. Atualmente a acessibilidade é entendida por um direito fundamental, que assegura às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas a autonomia necessária para uma vida independente, bem como o exercício pleno da cidadania e da participação na sociedade (Sarraf, 2021, p.16).

Entretanto, quando se trata do campo museológico, persistem desafios significativos. Como destacam Correia, Santos e Rocha, (2021, p. 435):

Um dos grandes desafios para os museus é acessibilizar as suas exposições. O tabu do toque, instituído principalmente com o objetivo de garantir a conservação das obras, limita o acesso de amplos quantitativos de pessoas aos bens culturais. Instituir recursos de acessibilidade, portanto, deve ser uma constante para equipes de museólogos e demais profissionais da área.

Os autores enfatizam que o desafio central para a modernização dos museus é a necessidade de tornar as exposições mais acessíveis para todos os públicos. Eles destacam um aspecto específico da experiência museológica, que é o chamado

“tabu do toque” (2021, p. 435). Tradicionalmente, essa proibição foi instruída com o objetivo de preservar as obras de arte e os artefatos históricos, garantindo sua conservação ao longo do tempo. No entanto, essa restrição acaba limitando o acesso de muitas pessoas, especialmente aquelas com deficiências visuais, aos bens culturais.

De acordo com Sarraf (2021, p.17), para que a acessibilidade ultrapasse o campo dos discursos e intenções dos gestores de centros e museus, tornando-se efetivamente uma prática concreta, é indispensável adotar ações que envolvam tanto a adaptação dos espaços físicos quanto a reformulação das estratégias de comunicação e mediação. Para isso, é fundamental considerar os princípios do Desenho Universal – conceitos elaborados por arquitetos e engenheiros norte-americanos na década de 1970, que fundamentam a criação de normas e serviços voltados à garantia de acessibilidade para todos.

Sarraf (2021, p.17), ainda afirma que:

A vantagem de se adotar o conceito como parâmetro para o desenvolvimento de medidas que garantam o acesso para todos os públicos do museu é permitir que as adequações físicas, comunicacionais, de acesso à informação, atitudinais e a criação de novas estratégias de mediação voltadas para diferentes perfis de público sejam adequadas para melhorar a experiência de todos os visitantes, independentemente de suas características pessoais, idade ou habilidades, uma vez que os recursos que adotam esses parâmetros usam uma escala larga de preferência e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários para que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do corpo do indivíduo, da postura, da mobilidade e de suas aptidões sensoriais e intelectuais.

A autora reforça que a adoção do Desenho Universal como parâmetro para a implementação de medidas voltadas à acessibilidade em museus traz benefícios significativos. Isso porque, ao considerar as diversas formas de acesso, é possível desenvolver estratégias de mediação mais inclusivas, capazes de atender diferentes perfis de público e assim aprimorar as experiências de todos os visitantes. Os recursos concebidos sob essa abordagem são planejados com base em uma ampla escala de preferências e capacidades, permitindo que qualquer pessoa possa acessar, interagir e usufruir dos ambientes e conteúdos museológicos.

Neste contexto, “para que os museus [...] sejam universalmente acessíveis, devem oferecer pleno acesso à seus espaços e conteúdo para todos os visitantes, independentemente de suas condições sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas.” (Sarraf, 2021, p. 16).

Diante disso, é relevante a discussão sobre as políticas públicas que orientam o turismo.

3.2 Políticas Públicas no Turismo.

O turismo passou a ser inserido nas políticas públicas com um enfoque mais técnico e direcionado, com metas e ações pré-estabelecidas, visando à regulamentação e ao incentivo da atividade. O crescimento do setor impulsionou o poder público a adotar estratégias específicas para sua administração, promovendo uma atuação mais organizada e eficaz no fomento ao turismo. (Silva, Costa e Carvalho, 2013, p. 3)

Segundo Silva, Costa e Carvalho (2013, p. 6), no Brasil, as políticas públicas de turismo passaram por avanços significativos a partir da década de 1990, quando o setor passou a ser reconhecido como estratégico para o desenvolvimento nacional. Inicialmente, marcada pela centralização e pouca articulação entre os entes federados, essas políticas começaram a se descentralizar com programas como PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) e o PRODETUR-NE, que buscavam integrar os municípios ao planejamento turístico e promover melhorias na infraestrutura básica nas regiões.

Nesse contexto, as autoras destacam a importância de uma gestão pública qualificada, com planejamento territorial, participação social e políticas sustentáveis que considerem as dimensões sociais, culturais e ambientais na promoção do turismo. Contudo, apesar dos avanços, ainda persistem desafios como a descontinuidade sobre gestões, a desigualdade regional e a baixa integração com outras políticas setoriais. Diante desse cenário, as autoras defendem que o fortalecimento das políticas públicas no turismo depende da construção de estratégias consistentes, participativas e sensíveis às realidades locais.

Reforçando essa perspectiva, Santos e Gomes, (2007, p. 5) enfatizam que o papel do Estado é essencial para o êxito das ações turísticas, visto que, “[...] no turismo, a política exerce a função primordial, pois, para o seu desenvolvimento são necessárias ações do governo para direcionar a atividade turística a obter os resultados finais desejados e manter as metas.” Assim, a ausência dessas ações governamentais acaba agravando problemas estruturais do setor.

Ignarra (2003, p. 68), também aborda os desafios enfrentados pelo turismo no Brasil, destacando a infraestrutura deficiente, a falta de qualificação profissional e os problemas relacionados à segurança. O autor observa:

Outro elemento que merece destaque sobre a oferta turística é o conjunto de serviços públicos necessários ao ato do consumo turístico. Não adianta uma localidade possuir bons atrativos e bons serviços se não coloca à disposição do turista alguns serviços básicos, como transporte público, por exemplo. Portanto, elementos como serviço de transporte, serviços médicos, bancários, etc., constituem componentes fundamentais ao turismo.

Essa análise evidencia que o desenvolvimento turístico não pode se restringir apenas à oferta de atrativos e serviços específicos do setor, mas deve envolver também uma infraestrutura básica funcional. Ignarra deixa claro que o turismo no Brasil enfrenta uma série de desafios complexos que exigem uma abordagem estratégica, integrada e bem planejada. Somente por meio de um planejamento cuidadoso e de uma execução coordenada será possível enfrentar esses obstáculos e garantir um setor turístico robusto, competitivo e sustentável a longo prazo.

Diante disso, um olhar crítico sobre essa realidade evidencia que, muitas vezes, as políticas públicas de turismo são formuladas de maneira centralizada, desconsiderando as particularidades regionais e culturais. É necessário, portanto, superar esses modelos e promover ações que envolvam os diversos atores locais, assegurando que o turismo se consolide como um instrumento de desenvolvimento sustentável e de inclusão social.

3.3 A Relevância dos Museus na Sociedade Contemporânea

Os museus constituem instituições fundamentais para preservar e difundir o patrimônio cultural, promovendo conhecimento, mediação simbólica e formação cidadã. Mais do que espaços de exposição, desempenham funções educativas e sociais que fortalecem sua importância no campo cultural e turístico, contribuindo para a compreensão da memória, da identidade e das dinâmicas socioculturais dos territórios. Assim, compreender suas bases legais e institucionais é essencial para reconhecer a amplitude de suas funções na sociedade atual. Essa perspectiva envolve observar como os museus se estruturam a partir de princípios voltados à preservação, à comunicação e à democratização do acesso ao patrimônio cultural.

Partindo dessa compreensão institucional, a Lei nº 11.904, de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus no Brasil, define os museus como instituições

permanentes, sem fins lucrativos, voltadas à preservação, conservação, pesquisa, comunicação e exposição de acervos com valor histórico, artístico, científico ou cultural. Esses acervos são organizados com a finalidade de promover a educação, o estudo, a contemplação e o acesso público à cultura, configurando os museus como equipamentos culturais essenciais ao fortalecimento da cidadania e ao desenvolvimento social. Assim, os museus ultrapassam o papel tradicional de armazenadores de objetos antigos e se afirmam como agentes ativos na construção da memória coletiva, da identidade cultural e da reflexão crítica sobre o passado e o presente.

A função social dos museus está intrinsecamente relacionada a sua capacidade de articular saberes, sensibilidades e experiências. Segundo Coelho (2023), essas instituições constituem espaços simbólicos que operam como mediadores entre a sociedade e seu patrimônio material e imaterial.

No campo do turismo, os museus assumem uma função estratégica, especialmente no âmbito do turismo cultural. Conforme indica o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2009), em seu caderno de orientação básica sobre o turismo cultural, as visitas a museus, centros de memória, casa de cultura e instituições patrimoniais configuram-se como atividades essenciais desse segmento, que valoriza a fruição do patrimônio e o contato com as expressões culturais de um povo. Dessa forma, os museus não apenas preservam a memória, mas também contribuem diretamente para a dinamização do setor turístico, ao se tornarem atrativos que dialogam com a história e com a identidade dos territórios onde estão inseridos.

A atratividade de um museu, segundo a análise de Coelho (2023), depende de diversos fatores, como a diversidade e relevância do acervo a qualidade das ações educativas e da mediação cultural, a acessibilidade física e comunicacional bem como a capacidade da instituição em oferecer experiências significativas que integrem lazer, cultura e aprendizagem. Tais aspectos são determinantes para o desenvolvimento de diferentes modalidades de turismo cultural, como o turismo literário, o turismo patrimonial e o turismo de experiências, ampliando a abrangência e o impacto social dessas instituições.

3.4 Breve discussão da história dos museus

A palavra "museu" tem origem grega e significa "templo das musas", sendo usada em Alexandria para referir-se a locais dedicados ao estudo das artes e ciências. Atualmente, o International Council of Museums define museus como instituições que preservam e apresentam coleções de arte ou ciências ao público. Os museus modernos surgiram no século XVII com a doação de coleções particulares, como a de Grimani em Veneza.

O primeiro museu no formato atual foi o Ashmolean Museum, criado em Oxford a partir da coleção de John Tradescant, doada por Elias Ashmole. Em 1759, o Museu Britânico foi fundado com a coleção de Hans Sloane. Na França, o primeiro museu público, o Museu do Louvre, foi estabelecido em 1793 durante o Governo Revolucionário

No século XIX, muitos museus importantes surgiram globalmente a partir de coleções privadas, como o Museu do Prado na Espanha e o Museu Mauritshuis na Holanda. Nos Estados Unidos, o Museu Metropolitano de Arte foi fundado em 1870. No Brasil, o primeiro museu foi o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, criado em 1862, e o MASP - Museu de Arte de São Paulo, fundado em 1947 –, é destacado por seu acervo de qualidade.

De acordo com Thomé (2024), o museu é um espaço que conecta ciência, cultura e sociedade, desempenhando o papel de informar e educar o público através de exposições permanentes, atividades recreativas, multimídias, teatro, vídeo e laboratórios. Além de serem locais onde o patrimônio cultural é preservado e a sabedoria comunicada, os museus se comprometem a inovar e a preservar a memória histórica e a diversidade. Dessa forma, os museus contribuem para a formação cultural do país, intensificando conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento humano ao longo da história

A partir da leitura de Thomé (2024), percebe-se que os museus são espaços que unem ciência, cultura e sociedade, onde promovem a educação por meio de experiências interativas. Eles também preservam a memória histórica e cultural, contribuindo para a formação da personalidade coletiva.

15 A criação do SPHAN foi um marco no processo da institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país e que representou um momento de preservação do patrimônio nacional, associada à construção de uma nacionalidade. O SPHAN trouxe medidas importantes aos museus brasileiros, como, por

exemplo, a busca pelo impedimento da evasão de acervos do país e a implementação de uma política de criação de museus novos nacionais. (Bauer, 2014).

A criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi um ponto importante para estabelecer uma política dedicada à proteção do patrimônio cultural no Brasil. Esse órgão marcou o início de um esforço organizado para preservar o patrimônio histórico e artístico do país, conectando isso à construção da identidade nacional. O SPHAN trouxe contribuições significativas, como evitar que coleções de valor saíssem do Brasil e incentivar a criação de novos museus nacionais, fortalecendo a preservação e valorização da cultura brasileira.

3.5 Legislação de Amparo à Pessoa com Deficiência.

A legislação brasileira relacionada às pessoas com deficiência evoluiu ao longo do tempo, tendo como primeiro marco há 63 anos atrás uma lei que visava atender a população cega e com baixa visão. Até que em 2015 surge o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que veio com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência seus direitos em diversos aspectos da vida em sociedade. O texto a seguir trará um importante panorama sobre as leis federais, decreto, lei municipal de Recife e estadual de Pernambuco que foram criadas para atender o grupo citado.

Na Lei nº 13.146 que foi instituída em 2015, apresenta em seus primeiros parágrafos o Art. 1º com o objetivo de “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (2023, p.8,). Segundo o Art. 2º desta lei, a pessoa é considerada tendo uma deficiência quando existe um impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. E quando essas condições citadas acima a impedem ou reduzem sua participação nas atividades que deseja realizar.

Em seu Art. 4º a lei reitera que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (2023, p.12). Em seu 1º inciso deixa claro que qualquer restrição, distinção ou exclusão que seja feita de forma ativa ou passiva, que teve o objetivo ou consequência de trazer prejuízo, impeça ou anule o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo se houver resistência de realizar adaptações razoáveis.

No capítulo IX, discorre sobre o direito da pessoa com deficiência a ter acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, no Art. 44º fala que o acesso a esse direito deve ser em igualdade de oportunidades com os demais, e que deve ser garantido o acesso a bens culturais de maneira acessível, acesso a monumentos e locais de importância cultural e também espaços que oferecem serviços ou eventos culturais. Em seus incisos reitera que é vedado negar materiais acessíveis à pessoa com deficiência mesmo se for no caso de que proteja os direitos de propriedades intelectuais. Já no segundo inciso fala que o poder público deve adotar iniciativas que eliminem ou reduzam barreiras no acesso da pessoa com deficiência a esses espaços.

No entanto, ao longo das diversas experiências apresentadas na trajetória histórica e de vivências, através de diversas evidências, identifica-se que muitas vezes a acessibilidade fica apenas no papel ou às vezes surgem as aberrações de “acessibilidades inacessíveis”, que muitas vezes são realizadas com a intenção de democratizar o acesso a pessoa com deficiência, porém não cumprem a função que deveria ser feita de forma satisfatória.

Em questão de leis brasileiras direcionadas a este público em específico, o Brasil promulgou em 1962 a Lei Braille, uma lei que foi a primeira criada para atender pessoas com deficiência no país. Em 1982, foi criada a Lei nº 7.070, que visava promover assistência por meio de uma pensão. Outro marco foi a Constituição Brasileira de 1988, que já em seu Art. 3º fala que entre seus objetivos fundamentais está “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; ... IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”. E no Art 5º ela corrobora que perante a lei todos os brasileiros são iguais, e que não devem ser feitas distinções. Já no ano seguinte foi feita a Lei nº 7.853 que atendia exclusivamente a essa parte da população, em 1995 foram promulgadas duas leis referentes a transporte, Lei nº 8.899 e 8.989. Em 2009 o Brasil promulgou o Decreto nº 6.949, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Como dito acima, só em 2015 foi criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência por meio de lei.

Além de leis que abrangem todo o território nacional, leis estaduais e municipais foram criadas visando promover de forma mais local a acessibilidade. Refere-se a Lei nº 14.789 de 2012, promulgada no estado de Pernambuco e a Lei municipal do Recife nº 17.199 de 2006. Ambas entendendo suas proporções visam

assegurar o acesso e direitos da pessoa com deficiência. Na lei estadual onde há um texto mais complexo, menciona detalhes como o desenho universal que deveria ser adotado para garantia do acesso a todos. No entanto, em ambientes que estão sob a tutela do estado de Pernambuco, por exemplo a Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) que muitas das ações que deveriam ser tomadas, ficam apenas no papel, devido a falta de fiscalização dos órgãos competentes. Dentro da administração da Fundarpe, vamos tomar por exemplo o próprio MEPE, que até hoje com 14 anos da promulgação da lei de 2012 não implementou medidas que são consideradas razoáveis. A exemplo, da falta de material em braile próximo as peças ou a oferta de visitas guiadas. Outro exemplo a ser citado seria o anexo, onde há pouquíssimas ferramentas para a pessoa cega exercer esse direito de forma autônoma, vale mencionar que o anexo foi feito em 2013, ou seja, após a lei estadual que deveria incluir no projeto da estrutura do prédio a acessibilidade para a pessoa cega.

Quadro 1 – Linha do tempo das leis brasileiras direcionadas à pessoa com deficiência visual..

1962	Lei em Braille nº 4.169 Primeira lei criada para atender pessoas com deficiência. Ementa: Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. “Art.1º São oficializadas e de uso obrigatório em todo o território nacional, as convenções Braille, para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille”
1982	Lei nº 7.070 Concedia acesso a uma pensão. Ementa: Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências. “Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, aos portadores da deficiência física”
1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Em seu Art. 5 reiterou que todos os brasileiros são iguais. Preâmbulo: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleias Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

	<p>“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”</p>
1989	<p>Lei nº 7.853 Feita exclusivamente para pessoas com deficiência e destacava a integração social desse grupo. Ementa: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. “Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.”</p>
1995	<p>Lei nº 8.899/ Lei nº 8.989 Referentes a transporte para pessoas com deficiência. Ementa: Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. “Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.” Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como para pessoas com deficiência. “Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional...IV – pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental severa ou profunda e pessoas com transtorno do espectro autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal; “</p>
2006	<p>Lei nº 17.199 Lei municipal de Recife, referente às pessoas com deficiência. Ementa: Institui no âmbito da cidade do Recife a política municipal de inclusão da pessoa com deficiência. “Art. 1º Fica instituída no âmbito da Cidade do Recife, a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na forma especificada por esta Lei, de acordo com o Decreto Federal nº 6949, de 25 de agosto de 2009, que institui a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.”</p>
2009	<p>Decreto Presidencial nº 6.949 Direitos das Pessoas com Deficiência. Ementa: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. “Art. 1º A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto”</p>
2012	<p>Lei nº 14.789 Lei estadual de Pernambuco, referente a pessoa com deficiência. Ementa: Institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência. “Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, com fundamento no inciso XIV do</p>

	art. 24 da Constituição Federal de 1988 e o Decreto Federal 6.949”
2015	Lei nº 13.146 Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ementa: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). “Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”

Fonte: As autoras (2025)

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de esclarecer e definir as características do projeto desenvolvido, esta seção apresenta a metodologia adotada na pesquisa, bem como descreve o processo que norteou a realização do trabalho. Dessa forma o estudo é organizado e categorizado na seguinte ordem: tipo de pesquisa, técnicas empregadas, unidade de análise, instrumentos utilizados para coleta de dados e critérios aplicados nas análises das informações obtidas.

Considerando o objetivo de estabelecer uma aproximação mais profunda com o objeto investigado, o presente estudo caracteriza-se, quanto ao seu tipo, como uma pesquisa de natureza exploratória. Conforme Gil (2002, p. 41) afirma:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode-se dizer que tais pesquisas têm como objetivo principal o aproveitamento de ideias e a descoberta de instituições.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo adotou a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento. Nessa etapa, foram examinados e interpretados dados secundários provenientes de relatórios como IBGE, OTREC, Formulário aplicado pelo Google Forms, entre outros pertinentes ao escopo do projeto. Além disso, recorreu-se a obras bibliográficas e a trabalhos acadêmicos que contribuíram para a fundamentação teórica da investigação.

No que concerne à unidade de análise, definiu-se o nível do indivíduo como foco central da investigação. Bertucci (2008, p. 59) destaca que essa abordagem privilegia a compreensão do sujeito, buscando captar suas formas de pensamentos, sentimentos e percepções. Nessa perspectiva, observa o autor, a pesquisa visa identificar, descrever, e analisar os fenômenos estudados a partir da experiência daqueles que vivenciam, de maneira direta, as situações ou contextos investigados.

Para obtenção de dados foi realizada uma observação direta no Casarão do Museu do estado de Pernambuco, com o objetivo de pesquisar, identificar e analisar como o espaço museal se apresenta em termos de acessibilidade comunicacional. Essa escolha metodológica fundamenta-se na percepção prática de que o museu, por ser um patrimônio histórico e cultural, recebe diferentes perfis de visitantes, mas não dispõe de recursos acessíveis suficientes para garantir uma experiência autônoma e inclusiva.

A observação ocorreu em 27 de maio de 2025, das 09h às 12h. A visita *in loco* foi realizada com o propósito de observar como a instituição museológica

atende às necessidades de visitantes com esse perfil, analisando as exposições e os recursos disponíveis, com ênfase na acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão. Nesse período, foi constatado a ausência de recursos acessíveis, como audiodescrição e materiais em Braille, e registrado os desafios enfrentados por um deficiente visual em uma visita ao museu.

Em seguida, após identificar o público-alvo, foi dado início ao processo de compreensão mais aprofundada das necessidades específicas desse grupo. Assim, no dia 24 de julho de 2025, das 9h30 às 12h30 foi realizada uma segunda visita ao museu, dessa vez com a participação de uma pessoa cega que se disponibilizou a contribuir com a pesquisa. Foi possível observar, de maneira prática e situada, às dificuldades enfrentadas pela visitante durante todo trajeto realizado dentro do Casarão. Após a visita, foi elaborado um relatório pela própria participante, no qual foram descritas detalhadamente as barreiras encontradas, especialmente a ausência dos recursos comunicacionais acessíveis. Durante essa etapa, também foram produzidos registros fotográficos do espaço expositivo, utilizados exclusivamente para análises e documentação do ambiente em conformidade com as normas do museu quanto ao uso de imagens.

Como forma de fundamentar teoricamente as análises realizadas, torna-se pertinente apresentar uma reflexão referenciada nos estudos sobre inclusão e acessibilidade. Nesse sentido, Sasaki (2009) enfatiza que:

A acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sobre os princípios do Desenho universal ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Com base nessa afirmação, para ampliar a compreensão sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual no contexto museológico, realizou-se uma pesquisa aplicada, utilizando instrumentos descritivos com abordagem qualitativa e quantitativa. A coleta ocorreu por meio de dois procedimentos distintos.

Primeiramente, foi conduzida uma entrevista presencial (Apêndice A) com o propósito de aprofundar a percepção sobre as experiências individuais de pessoas cegas em ambientes culturais, permitindo observar nuances, relatos detalhados e respostas espontâneas entre 25/08/2025 e 04/09/2025. No total, 09 participantes responderam a pesquisa. Essa fase surgiu critérios metodológicos específicos como,

participação de pessoas com cegueira total (congenita ou adquirida), a assinatura do termo de livre consentimento esclarecido, idade mínima de 18 anos, residência em Pernambuco, questionário com linguagem simples e direta, aplicação presencial pelo entrevistador e tempo de resposta adequado para evitar cansaço.

Complementarmente, conduziu-se uma aplicação de um formulário online via Google Forms (Apêndice B) que teve como finalidade ampliar o alcance da pesquisa e possibilitar a participação de pessoas cegas e com baixa visão, assegurando uma coleta de dados mais abrangente. Ao todo, 27 participantes responderam a pesquisa entre 14/08/2025 e 12/09/2025. Para essa etapa, adotaram-se critérios metodológicos complementares: participação de pessoas cegas e com baixa visão, autorização expressa no próprio formulário, idade mínima de 18 anos, residência em Pernambuco, questionário acessível e compatível com leitores de tela, linguagem simples e direta, aplicação totalmente online em plataforma acessível e tempo de resposta adequado para evitar fadiga. Dessa forma, as diferentes estratégias de coleta de dados possibilitaram uma compreensão ampla e qualificada das percepções e necessidades desse público no contexto museológico.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os resultados e discussão das observações realizadas durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa.

5.1 Relatório da visita ao Casarão do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).

A visita foi realizada no dia 27 de maio de 2025, no turno da tarde, com o propósito de aprofundar a compreensão sobre a instituição a partir de uma perspectiva voltada à acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão. O objetivo central da atividade foi construir uma análise preliminar do museu enquanto espaço cultural acessível, por meio de uma observação direta e da aplicação de um formulário específico sobre os recursos oferecidos para a inclusão desse público.

O museu localizado no bairro das Graças no Recife conta com um casarão com a construção datada do século XIX, que contém no acervo várias peças da época dos primeiros moradores, em 1929 foi convertido para museu do estado.

Em 2013, foi construído o anexo Cícero Dias, que conta com algumas exposições fixas e temporárias. Atualmente o museu é gerenciado pela Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), ou seja, está sob a posse do governo estadual de Pernambuco, com o apoio da Secretaria de Cultura do estado. Sendo patrocinado pelo Governo Federal e pela Petrobrás.

Nas primeiras impressões sobre a questão da acessibilidade, é que, praticamente, não há recursos adequados ou que facilmente seriam adaptados para as necessidades desse grupo. Por exemplo, não existe ao longo de todo o casarão placas em Braille explicando sobre o museu ou sobre o acervo, mesmo havendo espaço para comportar este dispositivo. Ou chão táteis que tem função de dar autonomia para pessoas cegas, só é encontrado em parte da área externa. Além da questão que a porta do casarão é de vidro e não se encontra devidamente sinalizada.

Uma das principais razões dessa primeira visita foi realizar a aplicação do formulário sobre as ferramentas que o museu oferece para a pessoa cega que tem a intenção de visitar o museu. Ele foi respondido pela coordenadora do setor educativo, ao final da visita. Lá foi abordado pontos como o não fornecimento de visitas guiadas, o site do museu não estar acessível, etc.

O recurso que é fornecido para pessoas cegas é um livro em Braille que, segundo eles, conta a história do museu, no entanto, não há informações dispostas na capa ou verso. Segundo informou a coordenadora educativa do museu, outra ferramenta oferecida é um áudio descrição que pode ser acessado por meio de um Qr code, a gravação está disponível apenas na plataforma digital e gratuita YouTube. No entanto, é importante destacar que essa ferramenta não foi desenvolvida por eles, mas sim por um projeto de uma organização externa cujo nome não foi mencionado. Porém, após uma consulta na plataforma não foi encontrado o recurso mencionado.

Notório que mesmo sendo um dos principais museus do estado de Pernambuco e que é administrado pelo próprio Estado, não forneça as condições necessárias para o acesso pleno deste bem público para os cidadãos cegos e com baixa visão do estado. Mesmo com a Lei nº 14.789/2012 (Política Estadual da Pessoa com Deficiência) que dispõem a fornecer acessibilidade em diversos segmentos da vida da pessoa com deficiência.

A visita teve o papel fundamental para a criação de parâmetros pelos quais será necessário conduzir a pesquisa sobre o objeto de estudo; o Museu do Estado de Pernambuco. A partir desse primeiro contato *in loco* foi possível notar a precariedade relacionada às ferramentas de acessibilidade comunicacional que são fornecidas e estão disponíveis para a pessoa cega.

Quadro 2 – Formulário de Diagnóstico de Acessibilidade Comunicacional em Museus, Condições de Acessibilidade para a pessoa cega.

Equipamento	Site acessível	Audiodescrição	Material em Braille	Capacitação de pessoal	Sinalização em Braille	Visita agendada guiada
Museu do Estado de Pernambuco (Casarão)	Não	Não	Sim, (Só Apostila da História do Museu)	Não	Sim, (apenas nos botões internos do elevador)	Não

Fonte: Silva e Silva (2023).

5.2 Avaliação da visita ao espaço museal na perspectiva de uma pessoa cega.

A visita ao Casarão do Museu do Estado de Pernambuco foi realizada no dia 24 de julho de 2025, no turno da manhã, e teve como participante uma estudante com deficiência visual que, após receber o convite por meio de contato telefônico no qual foram apresentados os objetivos da pesquisa e esclarecida a importância de sua participação, de pronto se disponibilizou em contribuir com o trabalho e proporcionou uma experiência direta de observação e reflexão sobre acessibilidade em espaços culturais. O objetivo central foi analisar como instituições museológicas atendem as necessidades de visitantes com esse perfil, promovendo inclusão e democratização do acesso à cultura.

A primeira dificuldade surgiu no deslocamento. O transporte público revelou-se inviável devido à complexidade do percurso entre sua residência e o museu. Para garantir sua participação, estabeleceu-se que ela se deslocaria de Uber, acompanhada da mãe — solução previamente combinada.

A estudante desembarcou no estacionamento e, acompanhada de uma das pesquisadoras, dirigiu-se à recepção, localizada no anexo, o Museu Contemporâneo Cícero Dias, para adquirir o adesivo com o emblema do MEPE, que garante acesso livre ao espaço museológico. Durante todo trajeto, desde o estacionamento até a saída do anexo (com um piso tátil no corredor que aparentemente foi feito pela metade), foram identificadas barreiras estruturais no calçamento externo e na entrada e saída do elevador que leva ao casarão, o que dificultou significativamente o percurso da visitante até o Palacete Estácio Coimbra.

Conforme mostram as imagens 1, 2 e 3:

Figura 1 - Área externa do Museu do Estado de Pernambuco.



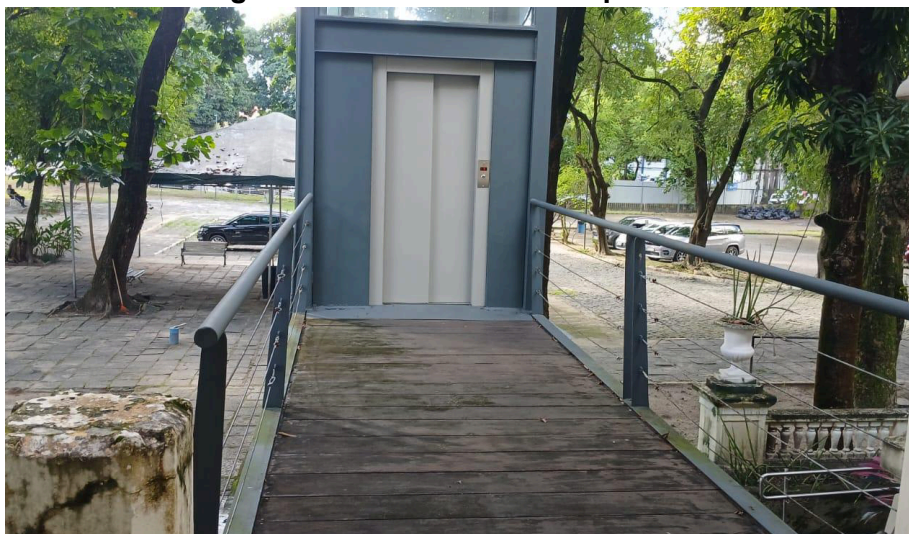
Fonte: Viviane Cândido (2025).

Figura 2 - Caminho que leva ao elevador, térreo.



Fonte: Viviane Cândido (2025).

Figura 3 - Saída do elevador para o 1º andar.



Fonte: Viviane Cândido (2025).

Essa experiência inicial, marcada por obstáculos físicos e pela ausência de sinalização tátil adequada, já indicava que o percurso pelo Museu poderia apresentar outras limitações no campo da acessibilidade motora. E, de fato, ao adentrar aos espaços expositivos, notou-se que as barreiras não se restringiam apenas à estrutura física, mas também à comunicação acessível e ao atendimento especializado. Como relata a estudante:

Ao chegar no palacete, foi perceptível o fato de que não havia a presença de nenhum guia de turismo, ou alguém com a especificação necessária para atender pessoas com deficiência visual e descrever detalhadamente o que está sendo mostrado no espaço. Vale ressaltar também, que o profissional que me acompanhou durante essa visita não possui formação ou capacitação específica para a função de audiodescritor. Além disso, o ambiente não oferece o já mencionado recurso de descrição por roteiro áudio-guiado, o que seria essencial para contribuir positivamente para uma maior autonomia entre pessoas cegas que desejariam explorá-lo. (Monteiro, 2025).²

² Rita de Cássia Monteiro da Silva. Estudante cega convidada para visitar o Casarão do Museu do Estado de Pernambuco. Recife: Museu do Estado de Pernambuco, 2025. Visita realizada em 24 de julho de 2025.

Figura 4 - Pessoa cega guiada por estagiário do museu.



Fonte: Viviane Cândido (2025)

Essa situação reforça a compreensão de que acessibilidade não se resume à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas envolve também adaptação de serviços, informações e interações humanas. Como explica Sasaki (2009, p.2), a acessibilidade pode ser compreendida como uma característica que deve estar presente em todos os contextos e dimensões das atividades humanas, oferecendo condições que favoreçam o uso e a participação de todos. Quando concedida a partir do Desenho Universal, ela promove benefícios não apenas para pessoas com deficiência, mas para toda sociedade.

No caso do Palacete, como ainda relata a estudante, essas diretrizes de acessibilidade parecem distantes da realidade observada. A falta de recursos comunicacionais adequados evidencia que, além das barreiras físicas, persistem obstáculos que comprometem a visitação de pessoas com deficiência visual, restringindo sua autonomia e participação plena.

O casarão conta também com placas explicativas, com imagens e informações sobre as obras retratadas no espaço. Porém, nenhuma dessas placas possuem escrita em Braille, ou alto relevo para representar as ilustrações. Esse é mais um grande ponto negativo que merece ser citado. Diante de tais observações, conclui-se que o Palacete Estácio Coimbra necessita de fortes investimentos no que diz respeito ao quesito acessibilidade comunicacional. As melhorias deveriam ser feitas através de ferramentas de extrema importância, a exemplo da contratação e capacitação de profissionais de turismo que possam atuar também de forma a serem mais acessíveis, por meio de cursos de audiodescrição. (Monteiro, 2025).

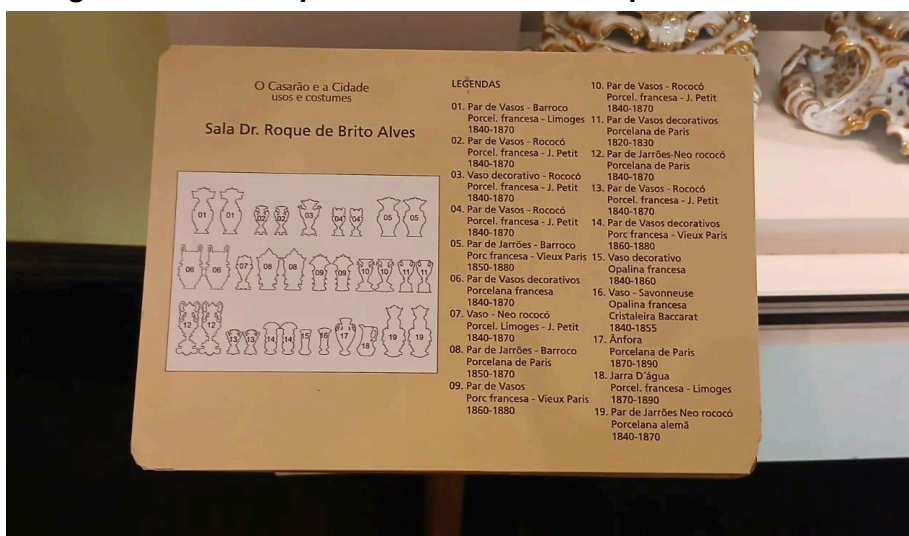
As imagens 5 e 6 a seguir, comprovam as dificuldades comunicacionais enfrentadas pela visitante no espaço museal.

Figura 5-Sala DR. Roque de Brito Alves



Fonte: Viviane Cândido (2025)

Figura 6 - Placa explicativa na sala Dr. Roque de Brito Alves.



Fonte: Viviane Cândido (2025)

Essa realidade torna-se ainda mais evidente, enquanto a estudante descreve sua vivência no ambiente:

Em linhas gerais, sem sombra de dúvidas, pode-se dizer que o que deixa a desejar mesmo é a total inexistência da acessibilidade comunicacional nesse espaço. Infelizmente, não é permitido tocar em nenhum dos elementos artísticos que estão sendo expostos por lá. Isso representa, de fato, uma verdadeira barreira que impede e limita de forma significativa o acesso das pessoas que vivem nessa condição e querem mais independência. (Monteiro, 2025).

Em suas palavras, a visitante convidada expressa total decepção em relação a inexistência de acessibilidade comunicacional no espaço, agravada pela impossibilidade de tocar nos elementos artísticos expostos que, embora seja uma

prática comum em museus, representa uma barreira significativa para quem depende do tato para compreender plenamente o acervo. Conforme a análise feita por Correia, Santos e Rocha (2021), quando reforça que o chamado “tabu do toque” acaba gerando exclusão ao restringir o acesso de muitos visitantes, especialmente aqueles com deficiência visual.

Essa ausência de acessibilidade, somada à proibição de tocar nas obras evidencia a necessidade urgente de repensar estratégias que permitam uma experiência mais inclusiva. Nesse sentido, é fundamental considerar alternativas que compensem tais limitações, oferecendo recursos que promovam autonomia e participação ativa a esse grupo de pessoas, como deixa claro a estudante:

A tecnologia também seria bastante eficaz para auxiliar nesse processo de forma mais autônoma, por meio da utilização de equipamentos disponibilizados no local para recursos de audiodescrição por QR Codes, a exemplo de fones de ouvido que seriam distribuídos para visitantes cegos e com baixa visão. Só assim, esse espaço poderia se tornar um lugar bem mais inclusivo e acessível para nós, pessoas com deficiência visual, que precisamos de autonomia e independência. (Monteiro, 2025).

O relato da visitante convidada evidencia, de forma contundente, as falhas estruturais e comunicacionais que ainda persistem em muitos equipamentos culturais públicos, mesmo diante da legislação e diretrizes nacionais e internacionais, mencionadas na seção 3.2 (Movimento Internacional de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência, 1960 a 1980) e na seção 3.6 (Lei nº 13.146, 2015), que garantem o direito à acessibilidade plena às Pessoas com Deficiências. A ausência de recursos básicos como, audiodescrição, placas em Braille ou com alto-relevo, profissionais capacitados para mediar a visita de pessoas com deficiência visual, além da impossibilidade de contato tátil com as obras, revela uma concepção de museu centrada em um público normativo; o que exclui, marginaliza e silencia outras experiências sensoriais legítimas. A acessibilidade, nesse caso, não deve ser pensada como um conjunto de adaptações pontuais, mas como uma diretriz central no planejamento e gestão de qualquer espaço cultural que pretenda ser verdadeiramente democrático.

Conforme foi visto, como bem coloca Sasaki (2009), a inclusão requer uma reformulação profunda dos sistemas sociais, e isso inclui os museus como espaço de produção simbólica e exercício pleno da cidadania. A promoção da acessibilidade comunicacional, sensorial e atitudinal não é um favor, tão pouco uma opção: é uma

obrigação ética e legal que deve nortear a gestão pública da cultura. Ignorá-la é perpetuar desigualdade e reforçar exclusões históricas.

Portanto, o desafio do Museu do Estado de Pernambuco é de não apenas acolher, mas reconhecer, valorizar e incorporar as múltiplas formas de perceber o mundo, garantindo que todas as pessoas tenham o direito a vivenciar a cultura com autonomia, dignidade e pertencimento.

Diante disso, é urgente que o MEPE adote medidas concretas para eliminar barreiras e promover uma experiência mais inclusiva.

6 ENTREVISTA COM PÚBLICO-ALVO EM INSTITUIÇÕES PARA PESSOAS CEGAS.

Para complementar a análise qualitativa das entrevistas, apresenta-se a seguir um quadro descritivo e quantitativo que organiza as informações coletadas junto ao público-alvo. O objetivo deste quadro é sintetizar as experiências relatadas, destacando aspectos centrais relacionados à acessibilidade, inclusão e barreiras nos museus visitados pelos participantes. A estrutura do quadro permite identificar padrões comuns e divergentes nas vivências dos participantes, evidenciando os diferentes níveis de acesso e as estratégias utilizadas para contornar obstáculos. Além disso, a representação quantitativa oferece uma visão mais clara da frequência com que determinados temas emergem nas entrevistas, contribuindo para a compreensão do impacto das práticas de acessibilidade sobre a experiência cultural do público com deficiência visual.

Quadro 3 – Apresenta o perfil e a experiência de AC das pessoas cegas.

Entrevistados	Idade	Perfil	Experiência em museus	Acessibilidade (menções)	Inclusão (menções)	Barreiras (menções)
C.P.S.	44	Auxiliar Administrativo	Visitas escolares, nunca buscou recursos acessíveis.	7	2	7
F.S.L.	62	Professora braille	Experiências em museus como Homem do Nordeste, Brennand e Gilberto Freyre; visitas guiadas por profissionais capacitados.	10	4	8
L.E.S.B	29	Advogada	Visitas guiadas com audiodescrição, QR Code, fones de ouvido e réplicas táteis.	15	5	9

J.C.A.	42	Professor e revisor de Braille	Busca informações em redes sociais; já atuou como consultor em audiodescrição no Museu do TRE.	12	6	8
A.A.O.	50	Massagista	Visitas raras; única visita significativa foi no Ricardo Brennand.	6	2	10
E.C.C.	42	Massoterapeuta	Visita a diferentes museus (Una e Brennand) com audiodescrição e peças táteis.	11	5	7
V.M.M.D.	66	Pedagoga e professora de AVA	Recorda a visita apenas na infância; defende o Braille em todas informações; já utilizou óculos Orcam.	8	3	9
A.A.S.S	42	Professor Brailista	Buscou informações em Braille, áudio e redes sociais; visitou alguns museus, com audiodescrição em eventos.	13	5	10
M.S.G.M.	52	Professora	Visitas raras; experiência positiva no antigo Museu do Ginásio Pernambucano, com animais empalhados.	9	4	8

Fonte: As autoras (2025)

6.1 Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas, teve como objetivo revelar diferentes perspectivas sobre acessibilidade comunicacional vivenciada pelos participantes em museus, permitindo compreender como o acesso à cultura por pessoas com deficiência visual ainda se apresenta de maneira desigual e fragmentada. Nesse sentido, os relatos coletados evidenciam experiências que variam entre a ausência quase total de recursos de acessibilidade e a presença de iniciativas pontuais, ainda insuficiente para garantir a plena inclusão:

A Entrevistada 1 destaca, sobretudo, o “tabu do toque” (Correia, Santos e Rocha, 2021, p.435), que impede o deficiente visual de explorar os objetos expostos, reforçando a relação de exclusão comparada ao público vidente. Quando questionada se sentia-se incluída em ambientes culturais, a mesma relatou:

Não. Porque em museus a gente não pode tocar nos objetos. Tem o tabu do toque. A gente não pode tocar, mas quem enxerga tá vendo e a gente como é que fica? Aí eu não me sinto incluída por isso, porque não podemos tocar nas peças. Não tem acessibilidade e alguns também não tem a audiodescrição, porque se tiver, facilitava. (C.P.S., 2025)

Ao visitar um museu a Entrevistada 2 relata que:

A primeira coisa que eu faço é, quando eu chego, ao entrar, eu verifico logo se tem – no meu caso, que eu sou cega, né? – então, eu verifico se tem muito degrau, se é pra subir, se é pra descer, né? Ou as portas, que são de vidro. Eu tenho que, sempre, eu nunca vou só, porque as portas de vidro, pra gente que é cego, a gente geralmente dá com a cara no vidro, né? Mas, geralmente a gente vai com uma pessoa que enxerga, né? (F.S.L., 2025)

Essa realidade converge com Sarraf (2021) ao ressaltar a importância da adequação de acessos físicos, comunicacionais e informacionais para garantir experiências seguras e completas a diferentes perfis de visitantes.

Já a fala da Entrevistada 3, evidencia que a ausência de acessibilidade e de inclusão nos espaços museológicos limita significativamente o acesso do deficiente visual a esses ambientes culturais. Quando questionada se ela sentia-se incluída nesses ambientes, prontamente afirmou:

Nem um pouco. É pela falta de acessibilidade na estrutura como, piso tátil, mapa tátil, e, também, as questões referentes às barreiras atitudinais né. As pessoas que estão, que trabalham nesses locais, não têm, não sabem lidar com uma pessoa com deficiência no geral e seria muito difícil conseguir, ainda que tivesse toda estrutura de acessibilidade estrutural, as pessoas não permitem que a gente explore, tenha autonomia, então, essa é uma das principais questões

além, da falta do piso tátil, a falta do mapa tátil, mas também, o despreparo das pessoas que atuam nesses lugares. (L.E.S.B., 2025).

Esse quadro reforça a visão de Sasaki (2009) de que a inclusão requer a reformulação dos sistemas sociais, não apenas em termos físicos, mas também comunicacionais e sensoriais.

No relato do Entrevistado 4, observa-se como a disponibilização dos materiais em Braille e de recursos de audiodescrição pode contribuir de forma significativa para uma experiência mais inclusiva e acessível ao visitante. Em sua fala:

Apoiando de maneira muito significativa, porque a partir do momento que a gente tem informações acessíveis, tanto a partir das legendas, dos textos em Braille quanto em informações auditivas, a partir de dispositivos sonoros, isso amplia nossa significatividade daquele momento, né. A gente precisa experimentar os ambientes de forma multissensorial. E como não dispomos da visão, precisamos complementar, né, essas impressões por meio dos sentidos remanescentes. A percepção tátil, através da leitura em Braille, e a percepção sonora, através dos dispositivos de áudio, promovem, sim, uma significação do momento em que a gente tá apreciando, visitando, fluindo um equipamento cultural. (J.C.A., 2025)

Essa fala se articula com a perspectiva de Sasaki (2009) ao destacar que tecnologias assistivas e práticas mediadoras só são eficazes quando planejadas de forma transversal, visando a autonomia e a cidadania.

O Entrevistado 5, aponta que a acessibilidade ainda é limitada a poucos espaços. Em suas palavras:

Olha, moça, a experiência, pra falar a verdade, eu só fui em um museu, só fui no Brennand, entendeu? Inclusive é um museu muito bonito, porque ele tem o que eu gosto muito, que é o ar puro, né? Tem muitas coisas, assim, que a gente já tocou bonito. Mas o que eu digo é que precisa melhorar muito, né? Na acessibilidade para nós, né? Deficientes, né? (A.A.O., 2025)

Essa visão conecta-se às críticas de Ignarra (2003, p.68), ao afirmar que não basta ter bons atrativos, se faltam serviços básicos e infraestrutura que sustentem a experiência do visitante.

O Entrevistado 6, destacou a importância da presença dos recursos acessíveis, como Braille e audiodescrição, nos espaços museais. Segundo o participante, “primeiro é quando tem né, em Braille, algumas coisas assim, audiodescrição. Aí é uma boa impressão que eu tenho. Agora, quando não tem, aí fica uma questão vaga e ruim.” (E.C.C.,2025). O entrevistado completa relatando sua experiência positiva com o uso desses recursos: “Sim, já usei, já usei e foi ótimo, que já foi para mais de um. Como é que se diz? Mais de um, e utilizando, né,

o aparelho tecnológico, porque a gente se sente o quê? Incluído naquele lugar e tendo as informações ao nosso redor.” (E.C.C.,2025) Além disso, o participante ressalta a importância da presença contínua de profissionais capacitados nos museus, afirmando: “Sim. Acho muito importante que tenha sempre um profissional desses trabalhando nos museus, porque vai ser muito útil para as pessoas que necessitam.” (E.C.C.,2025); reforçando o que Sasaki (2009) defende sobre a necessidade de acessibilidade contínua, e não em alguns episódios.

A entrevistada 7, V.M.M.D., (2025), fala da importância da contribuição dos recursos de acessibilidade em instituições culturais. De acordo com a participante, é a partir deles que o deficiente visual consegue identificar os objetos expostos no ambiente.

A identificação, né? O material em Braille identifica o que é. Se for um texto em Braille, a gente lê dizendo o que é que diz o texto, certo? Tudo o que tiver identificado, que a gente possa ter a informação através do tato e da audição, é muito importante. A audiodescrição é uma coisa que a gente vai saber o que está na nossa frente, o que é que tem. É muito importante. Tudo o que for em Braille, falado pra gente é importante.

Em seu relato a Entrevistada 7 enfatiza a importância do toque para quem não enxerga – esse relato ecoa a crítica de Correia, Santos e Rocha (2021) quando destacam que o tabu do toque limita a apropriação cultural de pessoas cegas, mesmo em espaços de educação patrimonial.

De acordo com o entrevistado 8, A.A.S.S. (2025):

Bem, já teve um grande avanço, né? A gente observa a questão da Lei Brasileira de Inclusão, na qual a Lei de acessibilidade está inserida. Dentro dessa Lei Brasileira, se não me engano, é o terceiro capítulo que fala sobre acessibilidade. Já teve um grande avanço, né? Hoje a gente tem a acessibilidade comunicacional, né? Que é o recurso da audiodescrição. Por exemplo, a gente vai para algum teatro ou a gente vai para um museu, alguma atividade de lazer que tenha o recurso de audiodescrição, quando tem. Claro, precisa avançar, precisa melhorar, precisa muito, né? Porque tem locais que a gente vai que não tem acessibilidade. Aí, a gente fica sem saber das informações, porque como o mundo é imagético, tem muitas imagens. Se tratando de museu, aí que tem muito mais imagens mesmo. Então assim, aí a gente vai sempre ter que ter uma pessoa pra estar informando o que está escrito lá. Aí a gente só fica como ouvinte, assim, por alto, das informações.

Esse depoimento dialoga com o que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ao assegurar o direito de acesso à cultura de forma contínua, não limitada a ocasiões isoladas.

A entrevistada 9, M.S.G.M., (2025), acredita que a presença de recursos como o Braille, o profissional capacitado e a possibilidade do toque, contribui diretamente para a autonomia das pessoas cegas. Segundo o participante: “assim, deveria ter pessoas capacitadas nos museus para receber esse público, pra ter uma noção de como conduzir lá dentro as pessoas com deficiência, de como descrever o ambiente.” A entrevistada 9 também destaca a importância do acesso à informação em Braille nos espaços expositivos, afirmando que:

Ele ia ter mais informações, a comunicação ia ser mais acessível se eu tivesse essas informações em Braille. Se eu chegasse em determinada sala e eu, tateando até na porta mesmo, tivesse aquela informação em Braille. Então já ia facilitar e me sentir mais confortável daquele.: (M.S.G.M., 2025),

Além disso, a participante enfatiza o papel fundamental do toque no processo de mediação cultural para pessoas cegas ao afirmar que, “é importante, é importante porque a gente vai ter o contato com aquela peça, vai saber como de fato é. Então o toque pra a gente que não enxerga é importante.” (M.S.G.M., 2025). Isso só reforça a afirmação de Sarraf (2021), ao dizer que estratégias inclusivas devem ser planejadas desde a entrada, garantindo o acesso universal desde o primeiro contato com o espaço expositivo, e que o toque é fundamental para que as pessoas cegas conheçam as peças.

Assim, os depoimentos revelam uma realidade marcada por avanços pontuais, mas ainda permeada por barreiras estruturais, comunicacionais e atitudinais, confirmando a necessidade de uma acessibilidade contínua, integrada e multissensorial.

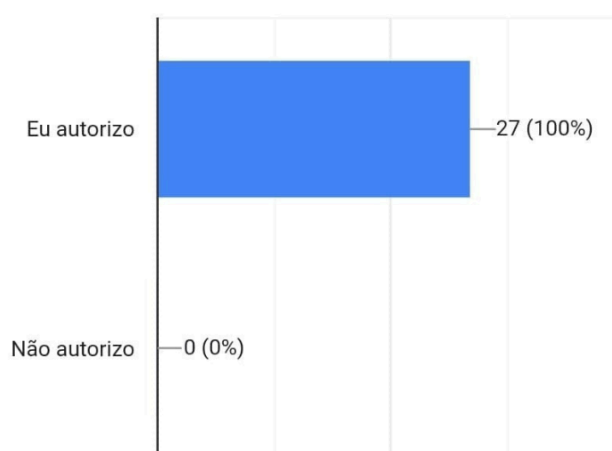
7 QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO

Para Romeu Sasaki a acessibilidade estava diretamente ligada com a qualidade de vida da pessoa com deficiência. Segundo sua tese, precisa-se quebrar barreiras para que nossa sociedade consiga ouvir as necessidades da pessoa com deficiência sem preconceitos e julgamentos. Para realizar essa escuta às necessidades da pessoa cega ao museu foram aplicados questionários para pessoas cegas e com baixa visão durante o período de 14/08/2025 até 12/09/2025.

Ao todo, o número total de pessoas que responderam à pesquisa foram 27 pernambucanos e todos autorizaram a participação na pesquisa. Das 27 pessoas, apenas 10 fazem parte de alguma Instituição. Dos 85,2% pesquisados moram na região metropolitana de Pernambuco, os outros 14,8% moram no interior do estado.

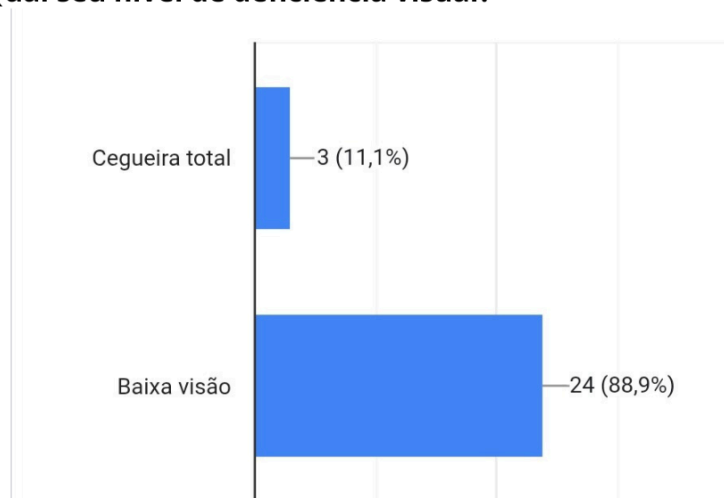
Gráfico 1 - Autorização na participação da pesquisa.

Você autoriza sua participação nessa pesquisa acadêmica?



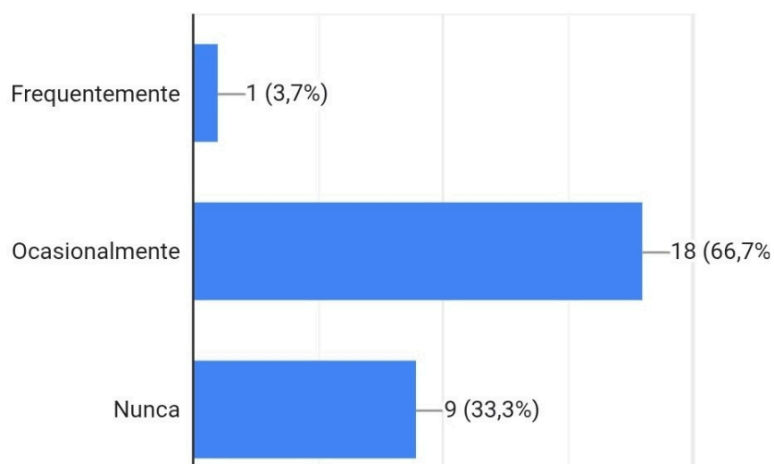
Fonte: Google Forms 00 “Você autoriza sua participação na pesquisa acadêmica?” (2025).

Dos pesquisados 88,9% das pessoas possuíam baixa visão, apenas 11,1% possuíam cegueira total. A faixa etária mais expressiva que respondeu ao questionário foram os entre 46 à 59 com 29,6%, em seguida duas faixas etárias ficaram empatadas: os acima de 60 anos e os com 18 a 25 anos, ambas com 22,2%. Logo após os da faixa etária de 26 à 35 anos com 14,8%, e por último os de 36 à 45 anos com 11,1%.

Gráfico 2 - Nível de deficiência visual.**Qual seu nível de deficiência visual?**

Fonte: Google Forms 01, “Qual seu nível de deficiência visual?” (2025).

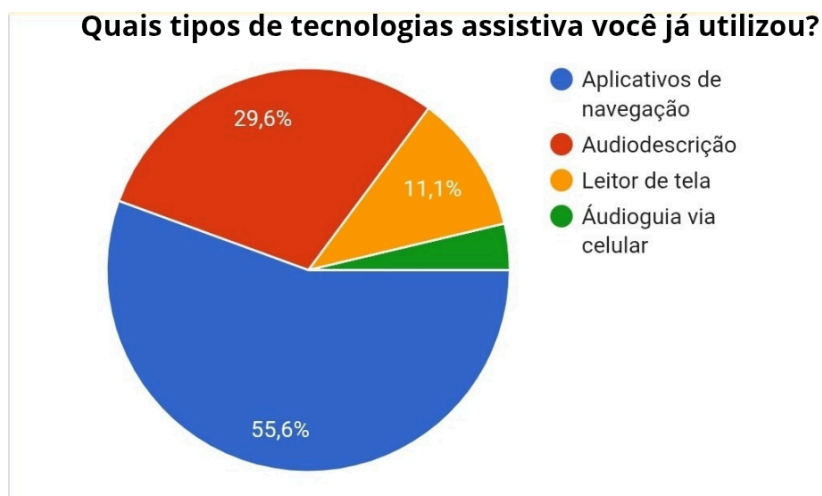
A porcentagem que liderou quando o assunto foi visita a museu foi “Ocasionalmente” com 66,7%, em seguida “Nunca” com 33,3% e por último “Frequentemente” com 3,7%. Das pessoas que nunca foram ao museu, 7,4% moram fora da região metropolitana do Recife.

Gráfico 3 - Frequência de visitas a museus.**Você costuma visitar museu com que frequência?**

Fonte: Google Forms 02. “Você costuma visitar museus com que frequência?” (2025).

Sobre as tecnologias assistiva utilizadas nas visitas ao museu “Aplicativos de navegação” lideraram com 55,5%, em seguida veio a “Audiodescrição” com 29,6%, logo após “Leitor de tela” com 11,1% e dentre a maioria das pessoas totalmente cegas essa foi a opção escolhida, por último veio “Audioguia via celular”.

Gráfico 4 - Tipo de tecnologia assistiva mais utilizada.

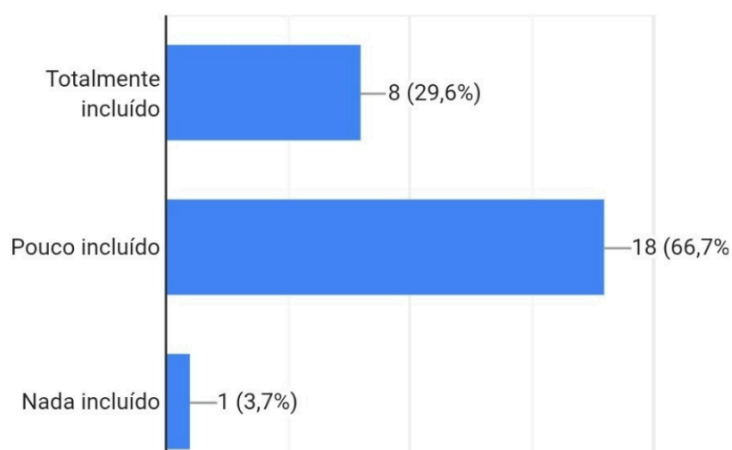


Fonte: Google Forms resposta 03. “Quais tipos de tecnologia assistiva você já utilizou?” (2025).

Sobre se sentir incluído no ambiente dos museus a opção “Pouco incluído” liderou com 66,7% e foi a opção marcada por todas as pessoas totalmente cegas. Em seguida “Totalmente incluído” com 29,6% e por último “Nada incluído” com 3,7% uma informação relevante é que essa pessoa mora no interior do estado.

Gráfico 5 - Inclusão em ambientes de espaços culturais, de educação e lazer

Se tratando de acessibilidade comunicacional, você se sente incluído(a) em ambientes de espaços culturais, de educação e lazer?



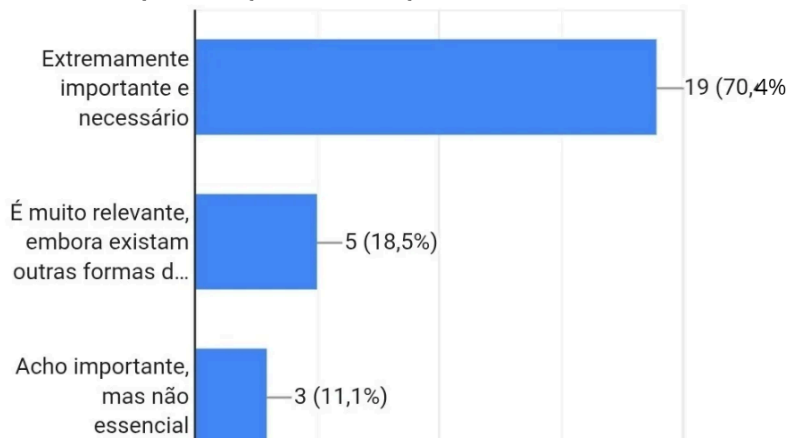
Fonte: Google Forms 04. “Se tratando de acessibilidade comunicacional você se sente incluída em ambientes de espaços culturais, de educação e lazer?” (2025).

As opiniões sobre o oferecimento de visitas guiadas no museu: 70,4% acham “Extremamente importante e necessário” essa foi a opção que todas as pessoas cegas escolhem, 18,5% acham que é “É muito relevante, embora existam outras

formas de acessibilidade comunicacional” e por último 11,1% “Acho importante, mas não essencial”

Gráfico 6 - A importância de visitas guiadas em museus.

Você acha importante que os museus ofereçam visitas guiadas por um profissional capacitado para atender pessoas com deficiência visual?

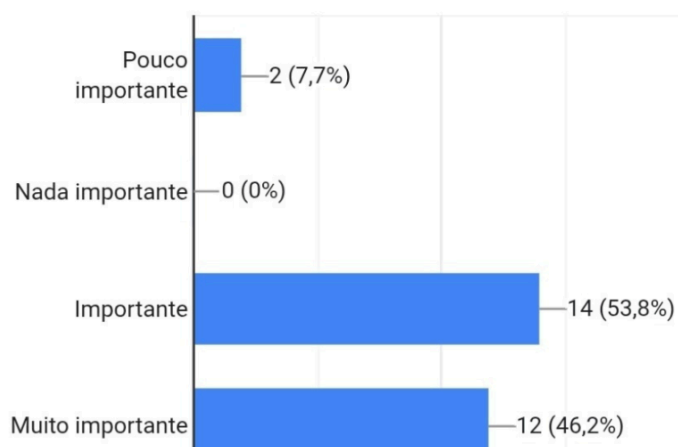


Fonte: Google Forms 05. “Você acha importante que os museus ofereçam visitas guiadas profissional capacitadas para atender pessoas com deficiência visual?” (2025).

Sobre o oferecimento de experiências sensoriais nos museus para pessoas cegas, as opiniões se dividiram em 53,9% acharam “Importante”, em seguida 46,6% dos pesquisados achou “Muito importante” que foi a opção que a maioria das pessoas com cegueira total marcaram, 7,7% achou “Pouco importante” e uma dessas pessoas é uma com cegueira total e por fim 0,0% achou “Nada importante”.

Gráfico 7 - Oferta de experiências sensoriais em museus.

Você considera importante que os museus ofereçam experiências sensoriais, como peças táteis ou réplicas para manuseio?

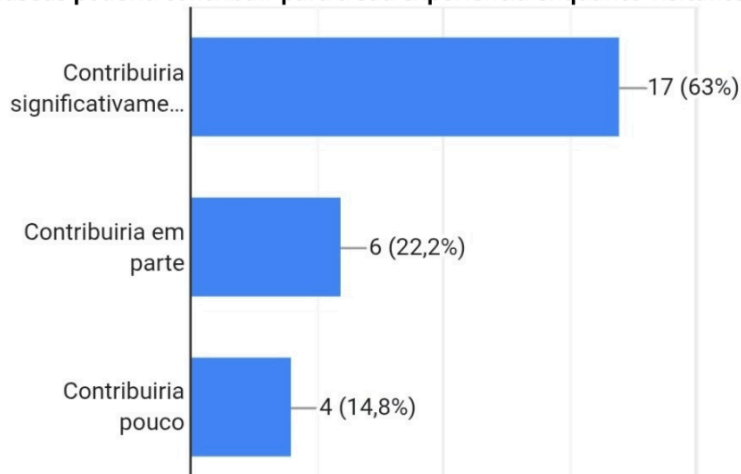


Fonte: Google Forms 07. “Você considera importante que os museus ofereçam experiências sensoriais, como peças táteis ou réplicas para manuseio?” (2025).

Em relação a equipamentos como braille e audiodescrição a opinião de que o recurso “Contribuiria significativamente” liderou com 63% todos que são totalmente cegos marcaram essa opção, em seguida “Contribuiria em parte” com 22,2% e por último 14,8% com “Contribuiria pouco”.

Gráfico 8 - A importância dos materiais em Braille e audiodescrição nos museus.

De que forma a presença de materiais em braille e audiodescrição nos museus poderia contribuir para a sua experiência enquanto visitante?

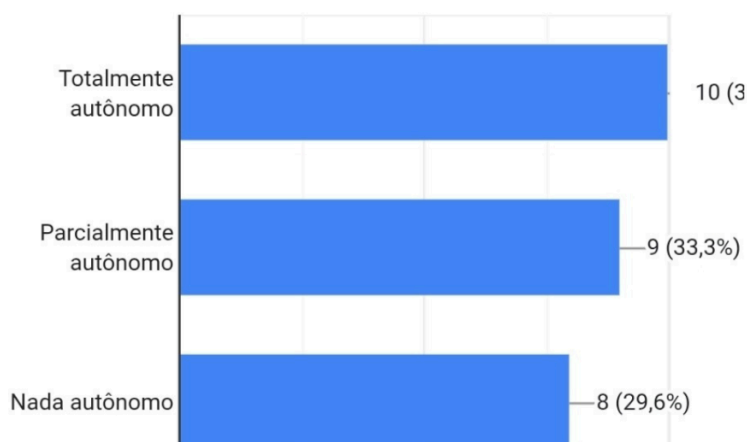


Fonte: Google Forms 06. “De que forma a presença de materiais em braille e audiodescrição nos museus poderia contribuir para sua experiência enquanto visitante?” (2025).

Sobre a autonomia dentro do espaço dos museus, as respostas obtidas foram que 37% se sente “Totalmente autônomo”, seguidos pelos 33,3% que se sente “parcialmente autônomo” e 29,6% que se sente “nada autônomo”. Todas as pessoas totalmente cegas escolheram essa última opção.

Gráfico 9 - Autonomia para explorar um museu.

Você se sente com autonomia para explorar um museu sem a ajuda de outra pessoa?



Fonte: Google Forms 08. “Você se sente com autonomia para explorar um museu de outra pessoa?” (2025).

Retomando ao pensamento levantado por Sasaki e tendo em vista as respostas obtidas por meio do formulário é possível inferir que as pessoas portadoras de deficiência, muitas vezes precisam lidar com barreiras que vão além da deficiência. Tais como localização, faixa etária, nível de escolaridade e muitas vezes o acesso à tecnologia e ambientes que por muitas vezes são considerados elitizados e inacessíveis principalmente a pessoas cegas.

8 DETALHAMENTO DO PROJETO

8.1 Localização e Abrangência

8.1.1 Caracterização Histórica do Município do Recife.

Figura 7- Marco Zero



Fonte: Ângela Ferreira Angela (2024).

O município do Recife, capital do estado de Pernambuco, localiza-se no Nordeste do Brasil, ao longo do litoral atlântico. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população recifense é estimada em 1.587.707 com referência em 1° de julho de 2024. (IBGE, 2024).

Segundo o IPHAN, Recife, reconhecida como uma das cidades mais antigas do Brasil teve sua origem no século XVI como um pequeno povoado pesqueiro localizado na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe com o mar, desenvolvendo-se rapidamente graças à economia açucareira, o que consolidou seu papel como principal centro da Capitania de Pernambuco e atraiu a invasão holandesa entre 1630 e 1654, período marcado pela reorganização urbana e pela construção de fortes que integram seu patrimônio histórico (IPHAN). Conforme Campos (s.d.), a formação da cidade está intimamente ligada à colonização portuguesa e à ocupação holandesa, que impulsionou a infraestrutura urbana e deixou marcas arquitetônicas duradouras. Após a retomada portuguesa, Recife foi elevada à categoria de vila em 1709, tornando-se cidade em 1823 e capital da província em 1827, consolidando-se como um importante centro comercial, cultural e de serviços. No século XIX, obras urbanas, como aterros, pontes e edificações

neoclássicas, reforçaram seu crescimento, especialmente durante o governo de Francisco do Rego Barros, embora esse período tenha sido interrompido pela Revolução Praieira em 1848. Atualmente, a cidade se destaca por sua forte economia terciária e infraestrutura moderna, preservando o legado histórico resultante da interação entre influências portuguesas e holandesas.

8.1.2 Caracterização Turística do Museu do Estado de Pernambuco.

Figura 8 - Fachada do Palacete Estácio Coimbra (Casarão) do Museu do Estado de Pernambuco.



Fonte: Paulo Clemente (2023).

O Museu do Estado de Pernambuco, destaca-se em sua importância histórica e relevância cultural.

De acordo com Arte Que Acontece ([s.d.]), o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) foi criado em 1929 por meio do Ato 240, considerado uma iniciativa pioneira no país por estabelecer a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e um Museu Histórico e de Arte Antiga. A mesma fonte aponta que, em 1930, o museu passou a funcionar na cúpula do Palácio da Justiça, onde expunha obras importantes, como a coleção do artista Telles Júnior.

Ainda segundo o texto, em 1940 o MEPE foi transferido para um palacete do século XIX, no bairro das Graças, antiga residência de Augusto Frederico de Oliveira, permanecendo até hoje nesse local como instituição cultural administrada pela FUNDARPE, com um acervo amplo e representativo da história pernambucana (ARTE QUE ACONTECE, [s.d.]).

O museu ocupa uma área de 9.043m², oferecendo aos visitantes um amplo estacionamento e jardins decorados com esculturas e vasos de cerâmica portuguesa. A entrada principal é marcada por dois grifos de bronze e por estátuas de zuavos que ladeiam a escadaria que leva ao terraço frontal, onde se encontram estátuas das Musas das Artes em mármore e canhões históricos de origem holandesa e portuguesa.

Além do palacete, o MEPE possui anexos que complementam suas instalações. O Espaço Cícero Dias, inaugurado em 2003, é um deles, abrigando exposições de longa duração, o auditório Joaquim Cardoso e o Centro de Documentação Cícero Dias, que inclui uma biblioteca especializada em arte e história. O Anexo II é uma casa dedicada a cursos e oficinas de arte.

O MEPE desempenha um papel significativo na preservação do patrimônio cultural de Pernambuco promovendo o conhecimento e a valorização das tradições locais. A instituição também serve como espaço para debates e reflexões sobre a cultura contemporânea, fortalecendo seu papel como um dos principais museus da região do Nordeste.

Figura 9 - Sala de jantar do Palacete Estácio Coimbra (Casarão).



Fonte: Viviane Cândido (2025).

O acervo do museu é vasto, com mais de 14 mil itens que abrangem diversas categorias, como a Presença Holandesa em Pernambuco, Arqueologia, Cultura Indígena, Arte Sacra, Cultura Afro-brasileira, Ex-votos, Iconografia, Mobiliário, Porcelana e outros. Dentre as coleções especiais, destacam-se as coleções Bandepe, Magdalena Arraes, Queralt, Roque de Brito Alves e José Mariano.

O Centro de Documentação do MEPE inclui uma biblioteca com cerca de 8.000 títulos, 2.100 catálogos de exposições e uma coleção de documentos administrativos e impressos publicados pelo museu. Este centro também oferece suporte a artistas plásticos através de intercâmbios com outras instituições.

De acordo com o Observatório de Turismo do Recife (OTREC), o setor turístico de Recife apresentou crescimento significativo no início de 2023. No primeiro trimestre, o faturamento do turismo aumentou 32,01% em comparação ao mesmo período de 2022, alcançando R\$255,5 milhões, com destaque para o Carnaval, que movimentou cerca de R\$2 bilhões. Além disso, o Aeroporto Internacional do Recife registrou a movimentação de 2,29 milhões de passageiros, consolidando-se como o de maior fluxo de voos do Nordeste, com uma média de 6.028 pousos e decolagens no trimestre. A taxa de ocupação hoteleira também apresentou um aumento, chegando a 76,26%, superando os números pré-pandêmicos.

A conectividade aérea do Recife é reforçada por 44 voos domésticos e quatro internacionais, contribuindo para o fortalecimento do turismo. O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) passou por modernizações, facilitando o acesso às informações turísticas por meio de QR codes e sistemas de coleta de dados.

O Observatório de Turismo do Recife (OTREC), responsável por monitorar indicadores do setor, ampliou sua análise para 19 indicadores, cobrindo aspectos como movimentação de passageiros, ocupação hoteleira e faturamento do turismo.

O OTREC também se integrou à Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT) e ao Programa de Destino Turístico Inteligente, do Ministério do Turismo, demonstrando seu papel na modernização e inteligência do turismo na cidade.

O Observatório do Turismo de Pernambuco foi criado para promover um turismo mais sustentável e inteligente, alinhado com os objetivos da ONU. De acordo com informações do próprio Observatório, a iniciativa visa promover uma atuação conjunta entre governo e sociedade para analisar dados, entender tendências e fortalecer o setor turístico no Estado.

O turismo tem um papel relevante na economia de Pernambuco, contribuindo com 3,9% do PIB estadual desde 2010. Em 2022, o setor gerou um Valor Adicionado Bruto (VAB) de R\$8,47 bilhões, superando os números de 2019, período anterior à pandemia. Conforme dados do Condepe/Fidem, esse crescimento reflete a

importância das atividades turísticas como hospedagem, alimentação, transporte e lazer para o desenvolvimento econômico regional.

Dessa forma, a proposta se insere na promoção de acessibilidade Comunicacional e inclusão social, buscando tornar o Casarão do Museu do Estado de Pernambuco um espaço verdadeiramente democrático e acessível. Nesse sentido, os objetivos e metas delineados a seguir visam orientar as ações necessárias para a implementação de recursos acessíveis, ampliando o alcance educativo, cultural e turístico do museu.

8.2 Proposta de Implementação

A proposta tem como objetivo a implementação dos recursos de acessibilidade comunicacional voltadas às Pessoas Cegas e com Baixa Visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco.

8.2.1 Logotipo

Figura 10 - Logotipo do Projeto



Fonte: As autoras, (2025)

O logotipo foi pensado para ser simples e fácil de compreender, tomando por referência o padrão da logo do Museu do Estado de Pernambuco, adicionando elementos e cores que remetem à acessibilidade.

Foi criado um círculo como base de identidade visual, reunindo todos os elementos em uma única composição. A proposta busca um design limpo, direto e equilibrado, destacando apenas os componentes essenciais, sem excesso de detalhes.

O círculo amarelo representa a identidade histórica do prédio e conecta o símbolo à imagem real do Palacete Estácio Coimbra (o Casarão). No centro do círculo, sobre o fundo branco, está o nome “MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO”, escrita em letras maiúsculas e na cor preta. Acima do nome, aparecem duas linhas curvas voltadas para cima, lembrando os arcos da arquitetura do edifício histórico. Acompanhando a borda lateral direita, fechando o círculo, está escrita a palavra Acessibilidade em azul, essa cor indica a inclusão das pessoas com deficiência, internacionalmente reconhecida para esse propósito. No lado superior direito também foi inserido o símbolo de Acessível para Cegos, conforme a ABNT 9050 de 2015, que estabelece que os símbolos de acessibilidade devem estar sempre voltados para o lado direito.

8.3 Objetivos e Estratégias de Execução.

8.3.1 Objetivos

O objetivo deste trabalho é propor acessibilidade comunicacional de qualidade às Pessoas Cegas e com Baixa Visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco, através da implementação dos recursos acessíveis como, Guia capacitado em audiodescrição, audioguias via QR Codes e materiais informativos em Braille, contribuindo na inclusão da Pessoa com Deficiência Visual no museu. Tornando, assim, as visitas presenciais desse grupo de pessoas mais acessíveis e informativas, de modo a possibilitar o conhecimento e a fruição autônoma da história, do patrimônio e da cultura de Pernambuco.

Quanto aos objetivos específicos, são esses:

- Promover acessibilidade comunicacional no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco;
- Proporcionar autonomia para pessoas cegas e com baixa visão na visitação do museu.
- Aumentar o número de visitantes cegos e com baixa visão ao Museu;

8.3.2 Estratégias de Execução

Para alcançar os objetivos propostos, definem-se as seguintes estratégias de execução:

- Entre 4 a 8 meses fazer a produção do material informativo acessível para o Casarão do museu;

- Entre 3 a 5 meses realizar o treinamento de capacitação de um guia fixo em audiodescrição do museu;
- Instalar o material informativo acessível em 100% do acervo do museu no 9º mês;
- Realizar revisão periódica nos recursos acessíveis permanentes a cada 12 meses.

8.3.3 Cartaz com acessibilidade comunicacional

Figura 11 - Cartaz com QR Code de Audiodescrição



Fonte: As autoras, (2025)

O cartaz foi desenvolvido com o objetivo de orientar e facilitar o acesso de pessoas cegas e com baixa visão aos conteúdos audiodescritos disponíveis no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco. Por meio do QR Code, o visitante pode escanear o código com o seu celular e ouvir uma descrição detalhada nos ambientes expositivos, promovendo assim uma experiência mais inclusiva, autônoma e acessível dentro do espaço museal.

8.3.4 Recursos acessíveis propostos para implementação

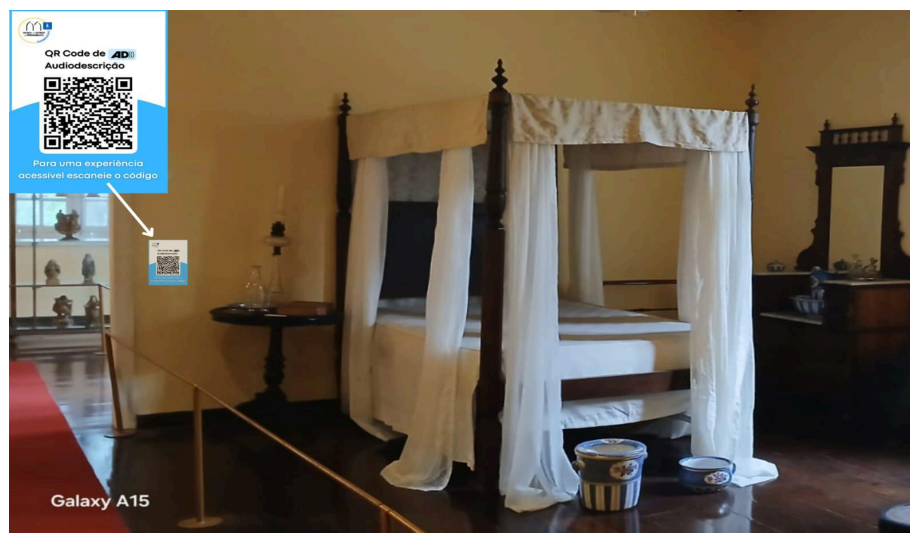
Figura 12 - Guia de audiodescrição de museu.



Fonte: Pinterest, (2025).

A proposta tem como objetivo manter um guia capacitado em audiodescrição de forma permanente no museu. Para tanto, propõe-se parceria com empresas especializadas em treinamento e formação de Acessibilidade Comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão, com a realização de capacitação periódica em prazo estimado de até doze meses, a fim de assegurar a atualização contínua do profissional envolvido. Essa medida visa garantir um atendimento qualificado e inclusivo a esse público, fortalecendo a prática de acessibilidade comunicacional e a promoção do acesso democrático ao patrimônio histórico e cultural do MEPE. Espera-se com isso ampliar a participação de visitantes com deficiência visual ao espaço museal.

Figura 13 - Audioguia via QR Code nos ambientes expositivos



Fonte: Viviane Cândido, (2025).

A proposta prevê a disponibilização de cartazes QR Code com a audiodescrição de cada ambiente e serão fixados nas paredes das salas do Casarão do Museu do Estado de Pernambuco. No andar inferior esse recurso ficará situado no corredor principal do Casarão e nas salas: Cronologia do Palacete Estácio Coimbra, O Casarão a Cidade, O Prazer à Mesa: do alimento à decoração e na Sala Líbia Queiroz Maranhão. No andar superior esse recurso ficará situado no corredor do primeiro andar e nas salas: Sala do Imperador, A Europa é Aqui, Intimidade e Cotidiano e na Sala Devoção. Os cartazes QR Code tem como finalidade oferecer descrições detalhadas do acervo exposto em cada sala, ampliando a compreensão, a autonomia e a experiência de visita das pessoas cegas e com baixa visão. A implementação dessa tecnologia representa um avanço significativo nas práticas de acessibilidade comunicacional, contribuindo para tornar o espaço museológico mais inclusivo e interativo. Para garantir a qualidade técnica e a precisão das descrições, propõe-se a parceria com empresas especializadas em produção de audioguias e acessibilidade comunicacional, assegurando a adequação dos conteúdos às normas e boas práticas da audiodescrição. Recomenda-se, ainda, a realização de revisões periódicas a cada doze meses, para garantir a qualidade do recurso.

Figura 14 - Materiais informativos em Braille



Fonte: Viviane Cândido, (2025).

Esse recurso tem como finalidade oferecer informações detalhadas sobre o acervo exposto nas Salas Especial de Porcelana Roque de Brito Alves e Espelho do Oriente, possibilitando que pessoas cegas tenham acesso autônomo ao conteúdo museológico. A implementação de materiais em Braille representa um avanço essencial nas práticas de acessibilidade comunicacional, ao assegurar que a mediação do conhecimento e da experiência cultural não dependa exclusivamente de recursos auditivos. Para garantir a qualidade e a padronização das transcrições, propõe-se a parceria com empresas especializadas na produção de materiais acessíveis em Braille, assegurando a conformidade de acordo com as normas de acessibilidade vigentes na ABNT 9050 de 2015. Recomenda-se a realização de revisões periódicas, a cada doze meses, para assegurar a durabilidade do material, garantindo sua efetividade como instrumento permanente de inclusão no museu.

8.3.5 Site do Museu com página inicial acessível.

Figura 15 – Post do site do Museu com Link³ comunicacional acessível



Fonte: As autoras, 2025.

Para garantir acessibilidade comunicacional no ambiente digital para pessoas com deficiência visual, a página inicial do site Museu do Estado de Pernambuco foi estruturada para que os leitores de tela identifiquem e anunciem, de forma imediata, a presença de um link dedicado às informações de acessibilidade comunicacional. Assim que o usuário acessa o site, o dispositivo leitor de telas realiza a varredura inicial da página e, automaticamente, redireciona a navegação para o texto informativo previamente configurado como elemento prioritário de leitura.

Esse recurso permite que esse público receba, logo na abertura do site, uma orientação clara sobre onde encontrar os recursos de acessibilidade comunicacional oferecidos pelo Museu. A mensagem é objetiva e disponibiliza um link acessível que facilita o direcionamento para a página específica dedicada ao tema.

Dessa forma, o visitante com deficiência visual não precisa percorrer todo o conteúdo da página inicial para localizar tais informações, evitando barreiras comunicacionais e promovendo uma experiência digital inclusiva. A implementação desse recurso segue as recomendações de acessibilidade nas Diretrizes de

³ Link fictício, criado apenas para ilustrar a imagem do site acessível do Museu.

Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG, 2025) 2.1⁴ e atende ao princípio de equivalência comunicacional, assegurando que o acesso a informações essenciais ocorra de maneira autônoma, eficiente e tecnicamente adequada.

8.4 Plano Operacional

8.4.1 Etapa de planejamento.

- Elaboração do plano de ação;
- Levantamento do acervo para produção de conteúdo (gravações de vídeos ou imagens dos ambientes).

8.4.2 Etapa de desenvolvimento.

- Treinamento do guia fixo em acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão;
- Gravações de áudio e fabricação do cartaz QR Code acessível;
- Transcrição, revisão e confecção do material informativo em Braille;
- Testes.

8.4.3 Etapa de execução e lançamento.

Atuação prática do guia capacitado em acessibilidade comunicacional;

- Fixação dos cartazes QR Code para audioguias;
- Instalação das placas em Braille);
- Divulgação pelas redes sociais do museu (Instagram e YouTube);
- Visita às Instituições para Cegos para divulgação dos recursos acessíveis;
- Funcionários informando e direcionado às Pessoas com Deficiência Visual aos cartazes com QR Code;

8.4.4 Etapa de avaliação.

- Teste de usabilidade com o público-alvo
- Entrevistas breves com o visitante para registrar sugestões, dificuldades encontradas, percepções sobre a experiência e possíveis falhas nos recursos de acessibilidade;

⁴As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1 definem a forma de tornar o conteúdo Web mais acessível a pessoas com incapacidade. A acessibilidade abrange um largo espectro de incapacidades, incluindo a visual, a auditiva, a física, de fala, de cognição, de linguagem, de aprendizagem e as incapacidades neurológicas.

- Avaliação da eficácia e do funcionamento dos recursos de acessibilidade comunicacional, realizada trimestralmente com os visitantes com deficiência visual. O instrumento será um formulário desenvolvido no Google Forms, enviado diretamente para o e-mail do usuário (Apêndice E).

8.5 Medidas de implementação

8.5.1 Medidas legais

Completam-se no ano de 2025, dez anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), ordenamento jurídico válido em todo território nacional e que estabelece normas destinadas a promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência.

De acordo com o Capítulo II, Artigo 4º da referida lei:

Toda pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

Esse princípio reafirma a necessidade de ações concretas do poder público e da sociedade civil para eliminar barreiras e assegurar a plena participação das pessoas com deficiência em todos os espaços.

Treze anos faz a promulgação da Lei nº 14.789, também lembrada em 2025. Essa lei estadual de Pernambuco foi criada com o objetivo de efetivar o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente no Art. 5º, que assegura que todas as pessoas são iguais perante a lei, gozando dos mesmos direitos e deveres.

Já a Lei nº 17.199 do município de Recife, capital do estado de Pernambuco, completa 19 anos em 2025. Essa legislação municipal também buscou garantir o acesso de pessoas com deficiência aos espaços públicos e culturais, fundamentando-se no princípio de igualdade retratado na Constituição Federal e tendo como base o decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009.

Entretanto, mesmo em um ambiente como o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), gerenciado pelo estado, através da Fundação de Patrimônio

Histórico de Pernambuco (Fundarpe), ainda não se encontram plenamente disponíveis as ferramentas, tecnologias assistiva ou serviços especializados que garantam a esse público o acesso pleno a esse espaço histórico e cultural de grande relevância para a memória de Pernambuco e do Brasil.

Portanto, torna-se indispensável que as autoridades competentes assegurem que ambientes como o MEPE, sejam verdadeiramente acessíveis, convidativos e inclusivos para pessoas cegas e com baixa visão. Isso deve ocorrer por meio do cumprimento efetivo das legislações federais, estaduais e municipais que contemplam esse grupo, bem como a verificação contínua das condições de acessibilidade, garantindo o exercício pleno do direito à cultura, à educação e à cidadania para todos.

8.6 Plano de comunicação

8.6.1 Público-alvo

Pessoas cegas e com baixa visão, residentes na cidade do Recife e no Estado de Pernambuco que tenham interesse pela cultura, patrimônio e história de Pernambuco. Bem como visitantes de outras regiões do território brasileiro, sem restrição de idade, sexo ou condição financeira. O público também inclui instituições, escolas e associações que atuam com pessoas com deficiência visual e que buscam vivências culturais acessíveis.

8.6.2 Objetivos de marketing

- Promover a visitação de Pessoas com Deficiência Visual no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco;
- Fidelizar os visitantes cegos e com baixa visão ao Museu.

8.6.3 Estratégias e ações

De acordo com os objetivos de marketing apresentam-se as estratégias e ações, são elas:

Promover a visitação de Pessoas Cegas e com Baixa Visão no Casarão do Museu do Estado de Pernambuco:

Atrair visitantes com deficiência visual através da divulgação da ação de acessibilidade comunicacional no Casarão Museu do Estado de Pernambuco, por meio das redes sociais do próprio museu como, Instagram e YouTube, e por meio de

visitas realizadas às Instituições para deficientes visuais como, Associação Pernambucana de Cegos (APEC), Instituto de Cegos de Pernambuco, entre outros, para a promoção dos recursos acessíveis disponíveis no espaço museal.

Fidelizar os visitantes cegos e com baixa visão ao Museu:

Elaborar um conteúdo de qualidade e de fácil utilização nas salas expositivas do museu, sempre atualizados, incluindo audioguias acessíveis via QR Code e materiais informativos em Braille, bem como manter diariamente no museu um guia capacitado em audiodescrição para atender as Pessoas Cegas e com Baixa Visão.

8.7 Canais de divulgação

8.7.1 Redes sociais

- Instagram oficial do Museu;
- Canal no YouTube do Museu.

Figura 16 - Post para divulgação no Instagram do Museu

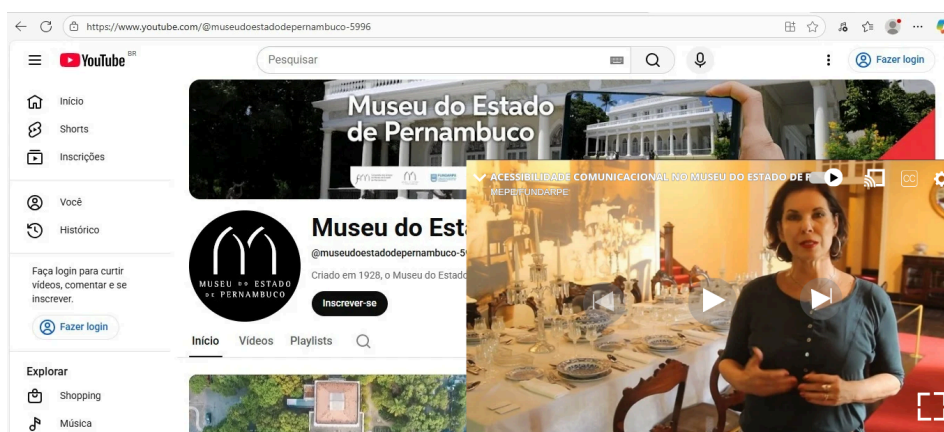


Fonte: Instagram do Museu do Estado de Pernambuco, (2025).

O projeto tem como proposta, por meio de um vídeo explicativo no formato Reels do Instagram fixado na postagem inicial, trazer informações claras e objetivas sobre os recursos de acessibilidade comunicacional que o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) disponibilizará no casarão para visitantes cegos e com baixa

visão. Por se tratar de um vídeo curto, a descrição do Reels será utilizada para complementar e detalhar as informações apresentadas, garantindo uma comunicação mais completa, que poderá ser lido pelo usuário através do leitor de telas. Além disso, o uso das hashtags direcionadas ao público-alvo como, #paracegos, #museuacessivel e #audioescricao, facilitará o alcance e engajamento do conteúdo junto às pessoas interessadas em acessibilidade e inclusão social.

Figura 17 - Post para divulgação no canal do YouTube do Museu



Fonte: Canal YouTube do Museu do Estado de Pernambuco/site Portal Cultura PE⁵, (2025).

8.7.2 Roteiro de Divulgação de Implementação dos Recursos Acessíveis no Casarão do Museu.

Com o objetivo de ampliar o acesso, fortalecer a autonomia e atrair visitantes cegos e com baixa visão ao Casarão do Museu do Estado de Pernambuco, apresenta-se o seguinte roteiro de divulgação dos recursos de acessibilidade comunicacional já implantados. A ação busca informar, orientar e estimular o público a vivenciar uma experiência museológica inclusiva, qualificada e culturalmente significativa.

- **Apresentação ao público e instituições parcerias** – Divulgar às instituições e grupos de pessoas cegas e com baixa visão que os recursos acessíveis estão instalados no Museu.
- **Descrição dos recursos acessíveis disponíveis** – Informar de forma clara sobre os recursos implementados: audioguia via QR Code,

⁵ A imagem foi coletada do site Portal Cultura PE, cultura.pe.gov.br, para ser usada como exemplo para criação do vídeo para divulgação dos recursos de acessibilidade comunicacional implementados no Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).

materiais informativos em Braille, guia de audiodescrição e orientações acessíveis no Museu.

- **Demonstração dos recursos em ações de divulgação** – Apresentar breve demonstração dos recursos, mostrando como funcionam na prática e permitindo que o público conheça sua usabilidade antes da visita.
- **Convite para experiência comunicacional acessível e cultural inclusiva** – Convidar o público para vivenciar o museu com autonomia, enfatizando a experiência ampliada, proporcionada pelos recursos acessíveis implementados (Apêndice D).
- **Encerramento e manutenção do vínculo** – Agradecer a participação e reforçar a importância do retorno sobre a experiência, mantendo a comunicação aberta para aprimorar continuamente os atendimentos.

8.8 Recursos

8.8.1 Recursos materiais necessários

Para execução das ações propostas e o pleno funcionamento das atividades do projeto, faz-se necessário o uso de recursos materiais que garantam suporte técnico, administrativo e operacional. Esses itens possibilitam a organização das tarefas, o registro das informações e o desenvolvimento das estratégias voltadas à acessibilidade e a inclusão no ambiente museal.

- Notebook.
- Impressora.
- Smartphone
- Mesa
- Cadeira
- Canetas.
- Papel ofício

8.8.2 Recursos humanos necessários

- **Museólogo (a):** Responsável pela gestão técnica do acervo, elaboração de políticas de preservação e curadoria das exposições, garantindo que as ações de acessibilidade estejam alinhadas à conservação e interpretação patrimonial.

- **Turismólogo (a):** Elaborar estratégias de integração entre o museu e o setor turístico, promovendo roteiros acessíveis, ações de divulgação e parcerias com guias e agências de turismo cultural e inclusivo.
- **Consultor de Treinamento em Acessibilidade Comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão:** Capacita profissionais a criar descrições verbais de elementos visuais para pessoas com deficiência visual, garantindo a acessibilidade e inclusão em diversos contextos.
- **Transcritor em Braille:** Executa a conversão dos textos em tinta para o sistema Braille, assegurando a fidelidade do conteúdo informativo e educativos destinados às pessoas com deficiência visual.
Revisor de textos Braille: Responsável pela verificação e correção dos materiais transcritos garantindo a precisão linguística e técnica do conteúdo em Braille. Sua atuação assegura a legibilidade e a conformidade dos textos com as normas oficiais do sistema Braille.
- **Audiodescritores:** Desenvolvem e gravam a faixa de audiodescrição das exposições, vídeos e objetos do acervo, possibilitando o acesso de pessoas com deficiência visual às narrativas museológicas.

8.9 Orçamento

Tabela 1 – Recursos Materiais Necessários ⁶

Item	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (\$)	Valor total (\$)
1	Notebook	1	2.219,00	2.219,00
2	Impressora	1	832,00	832,00
3	Smartphone	1	1.188,00	1.188,00
4	Mesa	1	317,45	317,45
5	Cadeiras	2	131,00	262,00

⁶ A pesquisa dos itens foi feita pela Internet em plataformas de E-commerce, comparando valores para coletar o preço de cada item.

6	Canetas	2	1,50	3,00
7	Papel ofício	500	26,00	26,00
—	Total Geral	—	—	4.847,45

Fonte: As autoras (2025).

Nesta primeira tabela, apresentam-se os custos estimados referentes aos recursos materiais indispensáveis à criação, desenvolvimento e execução da proposta. Os itens de escritório e equipamentos listados são fundamentais para a realização de reuniões, planejamento, desenvolvimento do plano de ação e demais atendimento das demandas operacionais do projeto.

Tabela 2 – Recursos humanos necessários ⁷

Profissão	Quantidade	Valor unitário (\$)	Valor mensal (\$)	Valor anual 11 meses (\$)
Museólogo (a)	1	5.765,38	5.765,38	63.419,18
Turismólogos(as)	3	3.682,45	11.047,35	121.520,85
Transcritor em Braille	1	3.000,00	3.000,00	33.000,00
Revisor de textos Braille	1	3.239,66	3.239,66	35.636,26
Audiodescritores	1	2.425,55	2.425,55	26.681,05
Consultor de Treinamento em Acessibilidade	1	3.967,00	3.967,00	43.637,00

⁷ O valor salarial dos profissionais: Museólogos, Turismólogos, foram retirados da tabela salarial do salario.com.br. O valor salarial dos profissionais – Audiodescritor e do Consultor de Treinamento em Acessibilidade Comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão, foi retirado do Portal Salário. O valor salarial dos profissionais – Transcritor em Braille, Revisor de texto Braille, foram retirados do site glassdoor.com.br, seguindo a média salarial de 2025.

Comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão.				
Valor total dos gastos			\$ 29.444,94	\$ 323.894,34

Fonte: As autoras (2025).

A segunda tabela apresenta o levantamento dos custos relacionados aos profissionais indispensáveis à implementação do projeto em todas as suas fases – planejamento, desenvolvimento e execução. Nela, são indicados os valores correspondentes à remuneração mensal de cada função e o total estimado para conclusão e operacionalização completa das atividades propostas.

8.10 Possíveis Parcerias

- Perfis no Instagram voltados à comunidade de pessoas cegas e com baixa visão;
- Perfis no Instagram sobre atividades culturais acessíveis;
- Centros de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual;
- Porto Digital:

8.11 Possíveis apoiadores

Por atuarem no incentivo à cultura, inclusão e acessibilidade, essas instituições podem contribuir financeiramente ou com suporte técnico:

- Associação Pernambucana de Cegos (APEC) e outras organizações voltadas à deficiência visual;
- Secretaria de Cultura de Pernambuco / Fundarpe;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (IPHAN-PE);
- Instituto Federal de Pernambuco (IFPE);
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

8.12 Possíveis Patrocinadores

Instituições que possuem programas de patrocínio voltado à cultura e à inclusão social.

- Banco do Brasil;
- Banco do Itaú;
- Instituto Ayrto Senna;
- Fundação Dorina Nowill para cegos;
- Fundação Bradesco e outras empresas com programas de responsabilidade social voltados à acessibilidade.

8.13 Cronograma físico

Tabela 3 – Cronograma físico do projeto

2025											
Atividades realizadas	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Reuniões para elaboração do plano de ação.	X										
Levantamento do acervo para produção de conteúdo (gravações de vídeos ou imagens dos ambientes).		X									
Treinamento do guia fixo em Acessibilidade Comunicacional para pessoas cegas e com baixa visão.			X	X	X						
Produção do material informativo acessível para o Casarão do museu.			X	X	X	X	X				
Instalação do material informativo acessível em 100% dos ambientes do Museu.								X			
Testes.								X			

Divulgação nas redes sociais do museu e em visita nos Institutos de Cegos.										X	X	X
Realizar revisão periódica nos recursos acessíveis.												X

Fonte: As autoras (2025).

O cronograma físico apresenta a distribuição temporal das etapas do projeto ao longo de um período de doze meses. As ações foram planejadas de forma sequencial e integrada, garantindo a execução eficiente das atividades desde o planejamento inicial até a entrega final, assegurando o cumprimento dos objetivos propostos e a sustentabilidade das práticas de acessibilidade implantadas.

8.14 Resultados esperados

Busca-se que por meio dessas sugestões, às autoridades competentes tomem ciência deste problema e ajam implementando políticas públicas para a implantação de sugestões como as que foram apresentadas.

É necessário que as autoridades e órgãos competentes sendo alertados sobre a dimensão dessa problemática tomem ações eficazes e bem analisadas, assim tornando essas políticas públicas mais próximas ao sucesso.

Para o alcance desse ideal é essencial que a acessibilidade se torne um hábito em nossa sociedade. Assim tornando cada vez mais a cultura em um ambiente acessível à todos.

Outro ponto importante é que através da implementação de projetos como esse forneçam dados e pesquisas, no que a implementação dessas medidas trouxe de resultados para o ambiente do Casarão do Museu e a experiência das pessoas com deficiência visual dentro dele. Mas que, principalmente, a acessibilidade não esteja apenas no papel, mas sim, como cultura em ambientes geridos pelo estado Pernambucano.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise em diversos aspectos do Museu do Estado de Pernambuco, podemos constatar a ineficiência do local em oferecer uma experiência plena e autônoma para uma pessoa cega. Poucos foram os materiais apresentados para promoção da acessibilidade comunicacional, além disso o pouco material encontrado não tinha sido produzido pelo próprio estabelecimento.

A garantia ao acesso a ambientes como esse estão garantidos e resguardados pela legislação do Brasil. No entanto, a realidade é que faltam ainda muitas barreiras a serem derrubadas para que o acesso a um museu tão importante na história do estado de Pernambuco seja plenamente acessado por essa parcela da população.

Para realização deste estudo foram feitos a priori por meio de pesquisa bibliográfica a legislação, dados estatísticos fornecidos pelo IBGE e a autores relevantes no campo do turismo e acessibilidade para pessoas com deficiência, tais como Gastal e Moesch, Sasaki, entre outros. Após essa etapa, uma primeira visita foi realizada ao local do museu onde foi possível fazer a constatação que a acessibilidade para pessoas cegas não é uma frente que seja prioridade para organização do museu, mesmo que esta gestão seja feita por um órgão diretamente ligado ao estado de Pernambuco, o mesmo que possui legislação que tenta promover a acessibilidade para pessoas com deficiência em todos os espaços da unidade federativa.

Logo em seguida houve a segunda visita ao museu, que foi acompanhada pela consultora cega que também é da área do Turismo. Através de suas percepções foi possível ter uma ideia parcial de como a experiência da visita a esse espaço é para uma pessoa cega. Notou-se que na ocasião, do modo que o museu está sendo gerido era impossível a autonomia da consultora no espaço. Outro ponto levantado por ela foi a questão da necessidade do toque para uma melhor experiência e compreensão das peças dispostas no local, que poderiam ser feitas através de réplicas produzidas para este fim.

Através dessa nova perspectiva foi possível a realização de entrevistas e aplicação de questionário a esta parcela da população, foi nessa etapa que devido ao público alvo do estudo ser uma parcela minoritária em nossa sociedade, encontrou-se dificuldades para a obtenção de pessoas dispostas a participar desta

fase. Mas por fim, com o refinamento e interpretação dos dados apresentados foi possível traçar quais medidas e intervenções seriam mais eficazes para atender essa população em relação ao museu.

Portanto, por meio da pesquisa ficou notório que a garantia da acessibilidade não pode estar apenas no papel e idealização, as pessoas que são o alvo dessas políticas precisam ser consultadas e que ações realmente sejam tomadas para garantia e permanência desse direito a esta população. E através das estratégias citadas no decorrer da pesquisa: promoção em redes sociais, uso de tecnologias citadas ao longo do texto, profissionais capacitados para atender este público, é possível alcançar o objetivo que mais pessoas cegas e com baixa visão frequentem o Museu do Estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

Alepe Legis – Portal da Legislação Estadual de Pernambuco. Disponível em: [https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3482&tipo=TEXTO ATUALIZADO](https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3482&tipo=TEXTO%20ATUALIZADO). Acesso em: 18 jun. 2025.

ARTE QUE ACONTECE. **Museu do Estado de Pernambuco**. Arte Que Acontece, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://artequeacontece.com.br/guia/recife/museu-do-estado-de-pernambuco/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu**. São Paulo: Atlas, 2028.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Planalto gov (2023). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Planalto gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL, EXECUTIVO. Decreto de nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Legislação presidência gov. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6949&ano=2009&ato=8dec3Y61UeVpWT233>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 4.169, de 4 dezembro de 1962. Planalto gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4169.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.070, de dezembro de 1982. Planalto gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7070.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Planalto gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.899, de junho de 1994. Planalto gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.989, de fevereiro de 1995. Planalto gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8989.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e cria o Sistema Brasileiro de Museus — SBM. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 1 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: 2021 – 2023**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2023.

CAMPOS, Mateus. *Recife*. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/recife.htm>. Acesso em: 20 nov. 2025.

COELHO, Renata Cristina da Silva. **MUSEALIZE RECIFE: proposta de site para divulgação e promoção dos museus da cidade do recife**. 2023. 87 f. TCC (Graduação) – Curso de Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- *Campus Recife*, Recife, 2023.

CORREIA, Helem Cristina Ribeiro de Oliveira; CAMPOS, Maria Carlizath da Silva; ROCHA, Saulo Moreno. **Museu e acessibilidade à arte: as experiências do Museu de Arte da UFC (Mauc)**. In.: *Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios*. Jéssica Noberto Rocha (org.). – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ e Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCACC), 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (Pernambuco). Visita guiada: panorama das condições de acessibilidade nos espaços culturais do recife. 2015. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2015/09/visita-guiada-panorama-das-condicoes-de-acessibilidade-nos-espacos-culturais-do-recife.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

DUARTE, DC; LEMOS, GDS. **Turismo acessível: estudo da legislação brasileira e internacional sobre os direitos de pessoas com deficiência**. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 2, 2018.

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco. **Observatório do Turismo de Pernambuco** – Relatório 2023. Recife: EMPETUR, 2023. Disponível em: [https://empetur.pe.gov.br/images/Observatorio-do-Turismo-2023-v2.pdf] (https://empetur.pe.gov.br/images/Observatorio-do-Turismo-2023-v2.pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: Lei n 13.146/2015. – 6. Ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

GASTAL, Susana. **Turista Cidadão: Uma Contribuição Ao Estudo Da Cidadania No Brasil**. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - UnB - 26 a 9 de setembro de 2006.

GASTAL, Susana. **Turismo, políticas públicas e cidadania** / Susana Gastal e Marutschka Moesch. São Paulo: Aleph, 2007. – (Coleção ABC do Turismo).

Gil, Antônio Carlos, 1946– **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002

GOV.BR. Constituição (2023). Brasil, Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/os-museus/museus-do-brasil/museus-do-brasil. Acesso, 13 ago. 2014.

IBGE. Estimativa da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso, 05 jun. 2025.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo** / Luiz Renato Ignarra. – 3. ed. rev. ampl. – São Paulo: Cengage Learning; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2013.

Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. MUSEUS IBRAM. Publicado em 23/09/21. Atualizado em 24/10/2024. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/museus-ibram?utm_source=chatgpt.com. Acesso, 08 abr. 2025.

Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), 20 jan. 2009. Disponível em: <https://share.google/PupUP24c0PJ5XsMDn>. Acesso, 03 jul. 2025.

IPHAN. História – Recife (PE). Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1449/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso 27 jul. 2024.

MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO: Mostrando história, 2024. Disponível em: <https://www.museudoestadope.com.br/o-museu>. Acesso, 29 ago. 2024.

MUSEUS ART.BR. Notas sobre a história dos museus. Disponível em: <http://www.museus.art.br/historia.htm#:~:text=Os%20museus%20modernos%20foram%20criados,Oxford%2C%20conhecido%20como%20Ashmolean%20Museum>. Acesso, 13 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nova York: ONU, 13/12/06.

Panorama do Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PERNAMBUCO. PREFEITURA DO RECIFE. [Atrações turísticas do Recife]. 2024. Disponível em: <https://visit.recife.br/>. Acesso em: 07 set. 2024.

PERNAMBUCO. Lei nº 14.789, 1 de outubro de 2012. Apepe legis. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3482&tipo>. Acesso em: 09 nov. 2025.

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE TURISMO E LAZER. Faturamento do Turismo no Recife cresce 32% no primeiro trimestre de 2023, aponta OTREC. 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/07/2023/faturamento-do-turismo-no-recife-cresce-32-no-primeiro-trimestre-de-2023-aponta#:~:text=O%20Aeroporto%20do%20Recife%2C%20no,com%20todos%20os%20anos%20anteriores>. Acesso em: 07 set. 2024.

PERNAMBUCO. MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO. [Caracterização turística no museu do estado de Pernambuco]. 2024. Disponível em: <https://www.museudoestadope.com.br/o-museu.>, Acesso em: 01 set. 2024.

RECIFE. Lei nº 17.199, de 27 de abril de 2006. Leis municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1720/17199/lei-ordinaria-n-17199-2006-institui-no-ambito-da-cidade-do-recife-a-politica-municipal-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia?q=17.199>. Acesso em: 09 nov. 2025.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos, GOMES, Cristiane Mesquita. **Políticas Públicas de Turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto. 2007.

SARRAF, Viviane Panelli. **Conceitos e diretrizes para o desenvolvimento de acessibilidade em museus de ciências, a concepção do Cité des Sciences et de L'Industrie, em Paris, e o projeto inaugural da Estação de Ciências para inspirar novas práticas**. In.: Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios. Jéssica Noberto Rocha (org.). – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ e Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCACC), 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, pp. 10-16. Disponível em: UFTDocs » Acessibilidade no Lazer, Trabalho e Educação (Sasaki, 2009).pdf <https://share.google/88HLeUk8yWHSmrfeQ>, acesso, 24 de maio 2025.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. X SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnológica. Gestão e Tecnologia para a Competitividade. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país**. UFMA, out. 2013. Disponível em: 36218351.pdf <https://share.google/MKL7J6QakkAg9CNVz>, acesso, 27 de jun. 2025.

SILVA, Luciana Pereira da; SILVA, Luciana Lima da. **Turismo nos Museus de Recife: Acessibilidade Comunicacional em Pauta**. Seminário Ciranda Sesc do Conhecimento do Lazer: Recreação, Esporte e Turismo. Resumo expandido, 2023.

THOMÉ, Ezequias Souza. **Museu: retrato de uma sociedade: confira aqui uma reflexão sobre a importância dos museus para a formação cultural de um país**. Confira aqui uma reflexão sobre a importância dos museus para a formação cultural de um país. 2024. Disponível em:

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/museu-retrato-uma-sociedade.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. W3C Recommendation, 06 May 2025. Disponível em: <https://share.google/HFTjGBEkaeHR1a3Ph>, acesso, 27 de novembro, 2025

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA: ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS CEGAS EM MUSEUS.

- 1- Como você costuma buscar informações sobre museus que deseja visitar?
 - 2- Se tratando de acessibilidade comunicacional, você se sente incluído (a) em ambientes culturais, de educação e lazer?
 - 3- Quando você visita um museu, quais são suas primeiras impressões em relação a acessibilidade comunicacional?
 - 4- Você já utilizou algum recurso tecnológico como aplicativos, áudioguias, dispositivo de áudio para facilitar sua visita? Se sim, como foi sua experiência?
 - 5- Você acha importante que o museu ofereça visitas guiadas por um profissional capacitado para atender pessoas com deficiência visual?
 - 6- Na sua opinião, de que forma a presença de materiais em braille e audiodescrição em museus poderiam contribuir para a sua experiência enquanto visitante?
 - 7- Você considera importante que os museus ofereçam experiências sensoriais, como peças táteis ou réplicas para manuseio?
- Você se sente com autonomia para explorar um museu sem a ajuda de outra pessoa?
- 8- Você se sente com autonomia para explorar um museu sem a ajuda de outra pessoa?
 - 9- Na sua opinião, os museus estão realmente preparados para receber visitantes com deficiência visual?
 - 10- Gostaria de compartilhar alguma experiência marcante, positiva ou negativa, que tenha vivido em um museu?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA O PÚBLICO, PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO.

- 1- Qual seu nível de deficiência visual?
- 2- Você costuma visitar museus com que frequência?
- 3- Quais tipos de tecnologias assistiva você já utilizou?
- 4- Se tratando de acessibilidade comunicacional, você se sente incluído(a) em ambientes de espaços culturais, de educação e lazer?
- 5- Você acha importante que os museus ofereçam visitas guiadas por um profissional capacitado para atender pessoas com deficiência visual?
- 6- De que forma a presença de materiais em Braille e audiodescrição nos museus poderia contribuir para a sua experiência enquanto visitante?
- 7- Você considera importante que os museus ofereçam experiências sensoriais, como peças táteis ou réplicas para manuseio?
- 8- Você se sente com autonomia para explorar um museu sem a ajuda de outra pessoa?

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO SETOR EDUCATIVO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE).

- 1- O museu oferece um site acessível?
- 2- O museu oferece recursos de audiodescrição em suas exposições ou atividades culturais, de forma presencial ou digital?
- 3- Há materiais informativos e educativos em Braille disponíveis para visitantes com deficiência visual, como catálogos, folhetos ou placas explicativas nas exposições?
- 4- Os funcionários e mediadores do MEPE recebem capacitação específica para o atendimento a pessoas com deficiência visual?
- 5- O espaço físico do museu conta com sinalização em Braille (como nas portas, salas, banheiros ou elevadores)?
- 6- O museu oferece a possibilidade de visitas guiadas adaptadas para pessoas com deficiência visual? Como funciona esse processo de agendamento?

APÊNDICE D - MODELO DE CONVITE PARA EXPERIÊNCIA COMUNICACIONAL ACESSÍVEL NO CASARÃO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MEPE).

Prezado(a),

O Museu do Estado de Pernambuco tem a alegria de convidar você para visitar o Palacete Estácio Coimbra (Casarão), e vivenciar uma experiência museológica totalmente acessível, pensada para garantir autonomia, acolhimento e participação plena de pessoas cegas e com baixa visão. Com a implementação dos novos recursos comunicacionais acessíveis, nosso espaço cultural amplia as possibilidades de interação com o acervo e fortalece o compromisso com a inclusão.

O que você encontrará em sua visita?

Audioguia acessível via QR Code, com narrativa descritiva, clara e detalhada.

Materiais informativos em Braille, disponíveis em pontos estratégicos do percurso.

Guia capacitado em acessibilidade comunicacional.

Por que participar?

Sua visita é fundamental para consolidar uma cultura museológica mais inclusiva. Ao experimentar os recursos você contribui para o aprimoramento contínuo do atendimento e para o fortalecimento do acesso e para o fortalecimento do acesso de cultura para todos.

Venha conhecer e explorar o acervo de um novo jeito!

Estamos de portas abertas para recebê-lo(a) com cuidado, respeito e compromisso com a acessibilidade.

Informações e Agendamento

Telefone/WhatsApp:

Endereço:

Horário de visitação:

Aguardamos sua presença para essa experiência comunicacional acessível.

APÊNDICE E - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.

Este formulário tem como objetivo avaliar a eficácia e o funcionamento dos recursos de acessibilidade comunicacional oferecidos pelo Museu. Sua participação é essencial para melhorarmos continuamente os serviços voltados às pessoas cegas e com baixa visão.

1 - Como você se identifica?

- () Pessoa cega
- () Pessoa com baixa visão

2 - Você utiliza algum recurso de tecnologia assistiva?

- () Leitor de tela
- () Ampliador de tela
- () Ambos
- () Não utilizo.

3 - Qual sua faixa etária?

- () menos de 18 anos
- () 18 a 29 anos
- () 30 a 44 anos
- () 45 a 59 anos
- () 60 anos ou mais

4 - Esta foi sua primeira visita ao Museu do Estado de Pernambuco?

- () Sim
- () Não

5 - Quais recursos de acessibilidade comunicacional você utilizou durante sua visita?

- Audioguia via QR Code
- Mediação pelo guia de audiodescrição
- Materiais em Braille

6 - Avalie os recursos acessíveis**a) Acesso e clareza no audioguia via QR Code.**

Muito ruim

Ruim

Regular

Bom

Muito bom

b) Organização e legibilidade nos materiais em Braille.

Muito ruim

Ruim

Regular

Bom

Muito bom

c) Clareza nas orientações fornecida pelo Guia de audiodescrição.

Muito ruim

Ruim

Regular

Bom

Muito bom

7 - Você sentiu autonomia durante a visita?

Nenhuma autonomia

Pouca autonomia

Total autonomia

8 - Como você avalia sua experiência geral no Museu?

Nada incluído

Pouco incluído

Incluído

() Totalmente incluído

9 - Deixe sugestões de melhoria para tornar o Museu do Estado de Pernambuco ainda mais acessível comunicacionalmente.
